

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGGeo



Camila Mendonça Limons

**CANAIS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: O ESTUDO
DAS FEIRAS DE BASE AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO
DE PELOTAS-RS**

Rio Grande, 2022

Camila Mendonça Limons

Canais Curtos de Comercialização:

o estudo das feiras de base agroecológica no município de Pelotas-RS

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande.

Área de concentração:

Análise urbano-regional

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Jussara Mantelli

Rio Grande, 2022.

Ficha Catalográfica

L734c Limons, Camila Mendonça.

Canais curtos de comercialização : o estudo das feiras de base agroecológica no município de Pelotas – RS / Camila Mendonça
Limons. – 2022.

100 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Grande/RS, 2022.

Orientador: Dra. Jussara Mantelli.

1. Agricultura familiar 2. Agroecologia 3. Comercialização 4. Feiras
5. ARPA-SUL 6. Pelotas/RS I. Mantelli, Jussara II. Título.

CDU 631.58(816.5)

**Canais curtos de comercialização: O estudo das feiras de base agroecológica
no município de Pelotas-RS**

Data de defesa: 29 de julho de 2022

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Jussara Mantelli (orientadora)
ICHI - Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Prof.^a Dr.^a Carmen Rejane Pacheco Porto
ICHI - Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Prof.^a Dr.^a Maria Regina Caetano
ICH- Universidade Federal de Pelotas - UFPel

Prof. Dr. João Batista Villas Boas Simoncini
Centro de Ensino Superior- Juiz de Fora – MG (suplente)

Agradecimentos

Agradeço imensamente a minha mãe Vera que sempre esteve ao meu lado, e com muita garra criou suas três filhas. As minhas conquistas também são suas, pois mesmo nos momentos difíceis de nossas vidas, se mostrou uma fonte de inspiração do que quero ser, agradeço o amor e carinho de toda vida, saiba que sem seu apoio não conseguiria completar essa jornada.

Ao meu padrasto Antônio, que possui muita alegria e leveza e busca a todo momento proporcionar ambientes de reunião em família, e inclusive, fazem com que eu desopile um pouco em muitos momentos.

À minhas irmãs, Bruna e Gabriela, minhas companheiras que são minha base, minha sustentação. Agradeço por partilharem tantos momentos incríveis da vida de cada uma, de vitórias, conquistas, mas também por estarem ao meu lado em dias bons e ruins, obrigada pelo constante apoio e colaborarem com a realização deste trabalho.

Ao meu companheiro, namorado e amigo, Leonardo, que ao longo desses 2 anos me apoiou e me motivou em muitos momentos, fazendo acreditar que tenho forças e ferramentas suficientes para terminar e dar continuidade a este trabalho.

Agradeço instituição e o Programa de Pós-graduação – FURG, aos meus professores, especialmente minha orientadora Jussara Mantelli pelos seus ensinamentos, sempre se mostrando compreensiva para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA (UFPEl), agradeço especialmente às professoras Giancarla e Maria Regina, que durante a graduação me proporcionaram todo conhecimento que adquiri na graduação, algo que colaborou muito para pós-graduação.

Aos colegas e amigos do LEAA, agradeço pelas trocas de experiências nas tardes de estudos, pela cooperação e amizades construídas.

Aos agricultores familiares agroecológicos da feira ARPA-SUL, agradeço pelos ensinamentos, a boa vontade, confiança e disponibilidade em contribuir com este estudo sempre que procurados.

A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho, muito obrigado.

Resumo

O presente estudo busca entender as características das feiras agroecológicas de Pelotas/RS como canais curtos de comercialização. Para isso, foi realizada a pesquisa bibliográfica em livros, dissertações, teses, artigos em revistas e periódicos, com a finalidade de aprofundar temáticas referentes a história, produção e comercialização da agricultura familiar, aspectos dos movimentos agroecológicos no país e as características de transição da agroecologia. Também compreender a importância dos canais curtos de comercialização e as feiras agroecológicas. Para conhecer a realidade dos sujeitos envolvidos, considerando as limitações impostas pela pandemia do covid-19, foi realizado o estudo à feira ARPA-SUL, localizada na Avenida Dom Joaquim em Pelotas-RS, através de 10 questionários aos agricultores-feirantes referentes à produção e comercialização dos seus produtos. O trabalho fundou-se a partir de uma perspectiva crítica ao sistema agroalimentar que vem se desenhando nas últimas décadas no Brasil e no mundo, compreendendo a agroecologia como uma alternativa possível de ser introduzida e apoiada por políticas locais efetivas. A compreensão das técnicas de produção e comercialização nas feiras agroecológicas de Pelotas/RS, permitiu verificar as possibilidades para a instalação e permanência dessas feiras bem como a viabilidade dos canais curtos de comercialização, trazendo à tona também as dificuldades encontradas pelos agricultores-feirantes.

Palavras-chave: agricultura familiar; agroecologia; comercialização; feiras

Abstract

The present study seeks to understand the characteristics of agroecological fairs in Pelotas/RS as short marketing channels. For this, bibliographic research was carried out in books, dissertations, theses, articles in magazines and periodicals, with the purpose of deepening themes related to the history, production and commercialization of family agriculture, aspects of agroecological movements in the country and the transition characteristics of agroecology. Also understand the importance of short marketing channels and agroecological fairs. To know the reality of the subjects involved, considering the limitations imposed by the covid-19 pandemic, visits were made to the ARPA-SUL fair, located on Avenida Dom Joaquim in Pelotas-RS. 10 questionnaires were applied to the producers/marketers regarding the production and commercialization of their products. The work was based on a critical perspective of the agro-food system that has been taking shape in recent decades in Brazil and in the world, understanding agroecology as a possible alternative to be introduced and supported by effective local policies. The understanding of production and commercialization techniques in agroecological fairs in Pelotas/RS, allowed to verify the possibilities for the installation and permanence of these fairs as well as the viability of short marketing channels, also bringing to light the difficulties encountered by the farmers.

Key-words: family agriculture; agroecology; commercialization; fairs

Lista de figuras

Figura 1	Mapa dos limites municipais de Pelotas-RS.....	15
Figura 2	Histórico de lutas para o reconhecimento da Agricultura Familiar e a introdução de Políticas Públicas.....	36
Figura 3	Fluxograma das modalidades de Venda nos Canais Curtos de Comercialização (CCC).....	63
Figura 4	Foto Aniversário de primeiro ano na Feira FAE – POA.....	68
Figura 5	Mapa da distribuição das Feiras Agroecológicas em Pelotas/RS.....	76
Figura 6	Alimentos sazonais, hortifruti, produtos artesanais.....	80
Figura 7	Produtos Industrializados, Flores sazonais, Ervas Medicinais.....	81

Lista de tabelas

Tabela 1	Área ocupada pelos principais cultivos no RS de 2017 a 2020 comparativos.....	42
Tabela 2	Feiras Agroecológicas de Pelotas.....	76
Tabela 3	Faixa etária dos agricultores-feirantes.....	79

Lista de abreviaturas e siglas

ANA - Articulação Nacional da Agroecologia
ARPA-SUL- Associação dos Pequenos Agricultores Agroecologistas da Região Sul
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CAVG – Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça
CAPA- Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CAI – Complexo Agroindustrial
CEASA – Central Estadual de Abastecimento
CCC – Canais Curtos de Comercialização
CGMA – Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EBAA- Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAE - Feira de Agricultores Ecologistas
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG – Organização Não Governamental
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

PFZ – Programa Fome Zero

PIB- Produto Interno Bruto

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Pnapo – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PPI - Preço de Paridade de Importação

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RCA - Redes de Cidadania Alimentar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

UFPel – Universidade Federal de Pelotas

Sumário

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Considerações gerais.....	11
1.2 Justificativa.....	16
1.3 Problema.....	16
1.4 Objetivos.....	17
1.4.1 Objetivo Geral.....	17
1.4.2 Objetivos Específicos.....	17
1.5 Metodologia.....	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 Agricultura familiar.....	20
2.2 Agroecologia: princípios e conceitos.....	22
2.3 Canais curtos de Comercialização (CCC's).....	25
3 AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS CARACTERÍSTICAS	29
3.1 Agricultura Familiar e produção alimentar.....	39
3.2 Alimentação Adequada: um direito de toda população, a importância de ações voltadas a SAN.....	43
4 UM BREVE OLHAR SOBRE A AGROECOLOGIA	51
5 CANAIS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, A AGRICULTURA FAMILIAR E AS FEIRAS LIVRES	59
5.1 Feiras livres agroecológicas um breve histórico.....	66
6 CARACTERIZAÇÃO DE PELOTAS-RS, E O ESTABELECIMENTO DA PRODUÇÃO DE BASE AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO	70
6.1 Características da produção de base agroecológica nas feiras livres de Pelotas-RS: aspectos ligados a produção e comercialização da feira ARPA-SUL	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
APÊNDICE 1 – Questionário aos agricultores-feirantes ARPA-SUL	98

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, tem se confrontado historicamente com as condições impostas por um modelo excludente de desenvolvimento no setor agrário. Diante disso, foram emergindo resistências dos atores sociais que necessitavam superar esses desafios. Neste contexto, buscamos entender o processo de modernização agrária que exclui esses atores familiares, e geram alterações nas formas de produzir e consumir.

1.1 Considerações gerais

Como garantia de renda e permanência das unidades familiares na área rural, os agricultores propõem formas organizativas de comercialização local e regional, relacionadas a comercialização e produção alternativa, baseado em feiras agroecológicas, desempenhando a estratégia socioeconômica fundamental para operar sob formato sustentável, promovendo a segurança alimentar da população.

De acordo com José Graziano da Silva (1996) que periodiza o processo de modernização no rural como a passagem do complexo agrário para complexo agroindustrial, destaca-se que a partir da década de 30, ocorrem mudanças significativas no mundo. Essas mudanças são um processo alavancado pela modernização industrial e agrícola que passa a ocorrer de forma acelerada. E no caso do Brasil, principalmente quanto a sua estrutura agrária e ao aumento da produção para exportação, se deu gradativamente com o investimento na mecanização e com a presença de insumos industriais, a incorporação de pacotes tecnológicos da Revolução Verde, ocasionando o surgimento dos Complexos agroindustriais (CAI's), principalmente nas décadas de 60 e 70.

As transformações técnicas ocorridas no Brasil, como é possível observar em Marafon (1998), é analisada sob o processo de setorização da indústria e agricultura imbricada pela modernização e tecnificação, o que gera aos poucos a descaracterização do agricultor, suas tradições, seus saberes, afastando também sua autonomia e ao mesmo tempo sendo invadido pela indústria.

“ em seus dois extremos por setores industriais oligopolizados: a indústria para a agricultura - fornecedora de bens de capital e insumos para a agricultura - (denominado de setor a montante da agricultura); e a indústria da agricultura - processadora da matéria-prima agrícola - agroindústria -

(denominado de setor a jusante da agricultura). Teríamos assim articulações entre a indústria a montante, a agricultura e a indústria a jusante. Nesse processo considera-se que a agricultura teria perdido o seu antigo caráter autônomo e a capacidade de decisão dos grupos sociais rurais envolvidos nesse processo.” (MARAFON, 1998, p.8)

Segundo Martine (1991) diversos autores caracterizam o momento de 1964 até 1979 como “modernização conservadora”, período marcado governo militar, em especial chamado assim por conduzir a ampliação do crédito rural altamente subsidiado, e para incentivos à produção agrícola. Tal formato privilegiou os grandes e médios proprietários de terras, que haviam capacidade de comprar produtos caros, grandes e modernos, como máquinas, sementes, insumos, havendo também maior especialização produtiva e destinando tais culturas ao mercado externo e/ou destinado a agroindústria, o que gerou maior desigualdades, tanto na distribuição das terras, quanto nas condições sociais da população.

A partir dessas modificações e incentivo constante aos médios e grandes agricultores, surgem vários movimentos de pequenos proprietários de terras em busca de mudanças nas políticas agrárias com a finalidade de promover a agricultura familiar. Em 1995 é criada a primeira política de créditos rural voltada para a agricultura familiar com taxas de juros subsidiados, chamado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Este programa se consolidou com o objetivo de promover segurança alimentar e desenvolvimento rural sustentável. Conforme analisa Resende e Mafra (2016), o Pronaf chegou inicialmente como uma alternativa para operacionalizar e dar continuidade às famílias no meio rural, mas logo apresentou dificuldades e algumas inconsistências nas linhas de crédito que se mostraram mais direcionadas aos interesses de mercado. No entanto, o Pronaf é uma política extremamente necessária, pois este programa tem o objetivo de fortalecer inúmeros sujeitos de pequenas propriedades. Entretanto, é indispensável a ampliação desse debate para oferecer melhores condições, no sentido de ampliar e estruturar as linhas de crédito para atender o objetivo principal do programa que é a diminuição da desigualdade no meio rural brasileiro.

A lei da agricultura familiar é outro marco histórico na agricultura familiar brasileira, pois reconhece uma ampla rede de atores que antes eram invisíveis. Atualmente a lei nº11.326 considera agricultor familiar quem desenvolve atividades econômicas no meio rural e atende aos seguintes requisitos: não possuir propriedade maior que 4 módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra familiar; ter um

percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e; conduzir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL,2021)

Já na agricultura não-familiar o que mais tem se destacado são as *comodities*, sendo a principal, a soja, que vem crescendo e demonstrando maior incentivo nos últimos anos, aumentando sua área de cultivo, de acordo com os dados do IBGE. É preciso notar que uma cultura como a soja, é uma mercadoria para inúmeros fins, sendo essa uma *comodity*, e quando é observado o avanço rápido e abrupto de uma cultura como essa, utilizada para outros fins, é possível que haja a diminuição considerável de nossas culturas alimentares. (BOMBARDI, 2019)

E para que as os produtos alimentares não se esgotem, a agroecologia foi pensada e estudada para a realização de práticas que causem menor impacto no meio ambiente. Assim, pode-se dizer que a agroecologia se expressa na agricultura familiar.

Dentro do movimento agroecológico, é possível verificar a contraposição ao agronegócio, adotando conceitos e práticas da comercialização curta da produção agroecológica ou de base ecológica, por haver em seus princípios básicos, práticas baseadas na pequena propriedade, na mão de obra familiar, em sistemas diversificados, adaptados às condições locais e regionais de produção, além de considerar a preservação dos recursos naturais.

Agroecologia nos faz lembrar de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social e proporciona melhores condições econômicas para os agricultores de nosso estado. Não apenas isso, mas também temos vinculado a Agroecologia à oferta de produtos "limpos", ecológicos, isentos de resíduos químicos, em oposição àqueles característicos da Revolução Verde (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.13).

Diante da importância da produção desenvolvida pelos atores locais que representam a manutenção socioeconômica, destacam-se os chamados canais curtos de comercialização. Os canais curtos de comercialização visam o encurtamento ou até mesmo a eliminação de intermediários, diminuindo o itinerário de tais alimentos, podendo ser observada a qualidade dos produtos alimentares que são entregues diretamente ao consumidor, valorizando o agricultor familiar, produto e a economia local. Este canal de comercialização fornece uma relação maior entre sociedade e natureza, também incorporam esferas sociais caracterizados pela

economia das unidades familiares, promovendo a segurança alimentar em escala local e regional, bem como a permanência de tais agricultores no campo.

A importância da comercialização através dos canais curtos no Brasil vem sendo demonstrada através da crescente disponibilidade de alimentos agroecológicos, que vem se inserindo gradualmente no mercado de consumo, conectando agricultores familiares e consumidores.

Diante desta breve contextualização, o presente estudo apresenta dados e reflexões críticas sobre os canais curtos de comercialização, tendo como referencial as feiras agroecológicas de Pelotas-RS sendo elas: Feira **ARPA-SUL**, aos sábados pela manhã, acontece a maior e mais antiga feira de base ecológica na Avenida Dom Joaquim, esquina com a Rua República do Líbano das 7h às 13h. Aos sábados, inaugurada em 2021, comercializam o grupo da **Feira Agroecológica Akotirene** (primeira feira livre agroecológica de grupos de quilombolas da região) localizada na Praça Coronel Pedro Osório, ao lado da Biblioteca Pública Pelotense. No sábado também, no bairro Fragata, comercializam atualmente o grupo **Terra Limpa**, localizado na avenida Duque de Caxias (em frente ao colégio Tiradentes), comercializando seus produtos das 8h às 13h, esta é a mais nova feira atualmente, sendo inaugurada em 28 de maio de 2022 na 18ª semana do alimento orgânico, organizado pelo CAPA.

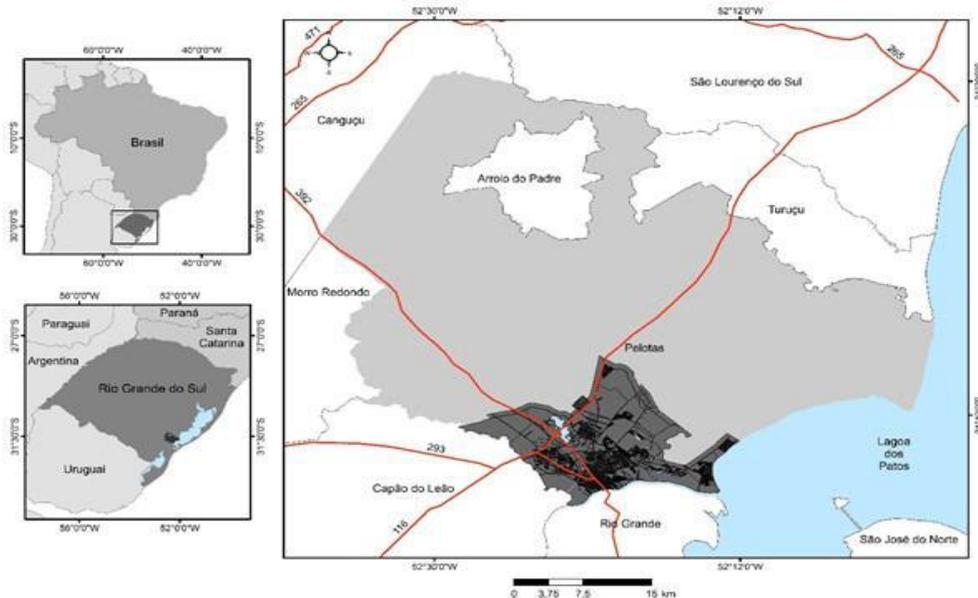
Nas terças-feiras pela manhã, a feira **ARPA-SUL** acontece na Avenida Bento Gonçalves, em frente ao 4º Batalhão da Brigada Militar.

Na terça-feira à tarde, ocorre das 14h às 19h a Feira ecológica **Terra Limpa** (inaugurada em 2021), localizada na rua Guilherme Wetzel esquina com Avenida Fernando Osório. Na quarta-feira pela manhã é realizada a **Feira Grupo Serra dos Tapes**, na Avenida República do Líbano, esquina rua Júlia Lopes (em frente ao antigo supermercado Pois Pois). Na quarta-feira à tarde acontece a feira no Bairro **Quartier** na rua Albino Brod, 745. Às quintas-feiras à tarde, é realizada a **Feira Agroecológica do Entardecer**, no largo do Mercado Público.

Pelotas está localizada as margens do Canal São Gonçalo, sendo este o conector das Lagoas: Mirim e dos Patos, situada a 261 km da capital do estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Pelotas tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 31° 46' 34" Sul, Longitude: 52° 21' 34" Oeste, e sendo circunscrito como municípios limítrofes: Morro Redondo e Canguçu (ao Oeste), com enclave em Arroio do Padre, São Lourenço do Sul e Turuçu (ao Norte), Capão do Leão e Rio Grande (ao

Sul). Na figura 1, podem ser observados os recortes de localização do Brasil, Rio Grande do Sul e ao lado o recorte do município de Pelotas.

Figura 1 - Mapa dos limites municipais de Pelotas-RS



Fonte: Laboratório de Estudos Urbanos (LEUR) – Elaborado por: Sidney Gonçalves Vieira e Dione Lihtnov

Segundo CGMA – Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (2015), o município de Pelotas é composto por 10.370 agricultores familiares ocupados, (segundo últimos dados MDA, 2015) que contribuem para economia local nas mais diferentes formas de produzir.

Já a partir dos anos 80, movimentos pautados em um novo formato de produzir e comercializar buscam aderir a agroecologia nas pequenas propriedades, e com isso, começam a se estabelecer novas formas de produzir.

As feiras agroecológicas surgem em Pelotas-RS pautados nesse movimento, visando inserir agricultores na proposta da agroecologia. Esta pesquisa buscou evidenciar a importância das feiras agroecológicas, em especial a maior e mais antiga feira presente no município, a ARPASUL, localizada na Avenida Dom Joaquim, cuja realização se dá aos sábados pela manhã. Esta feira foi definida para ser analisada de forma mais aprofundada nesta pesquisa.

Esta feira foi inaugurada em 1995, comercializando produtos de qualidade, de base agroecológica. Esse formato de comercialização e produção somente foi possível com o auxílio contínuo de órgãos como o Centro de Apoio e Promoção a Agroecologia - CAPA, e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, pelo fornecimento da assistência técnica aos agricultores que pretendem

incorporar a agroecologia na produção, mas também fornecendo o amparo a comercialização desses feirantes. Além disso, adquirindo esses conhecimentos, foi possível fazer com que os agricultores expandissem suas vendas para outras feiras agroecológicas do município, que foram surgindo em decorrência da primeira. A importância das feiras, em especial, a feira ARPA-SUL Dom Joaquim, por ser pioneira no município de Pelotas, justifica este estudo.

1.2 Justificativa

A justificativa para realização deste trabalho se dá no sentido de conhecer a importância no contexto municipal da feira agroecológica ARPA-SUL, sua organização, comercialização e produção, já que esta foi impulsionadora de outras na região. Também se justifica pelo aumento do consumo priorizado em feiras como esta ou através de outros canais diretos como: venda nas propriedades, comércios que apontem para introdução de alimentos socialmente justos e sustentáveis. Para tanto, este estudo visa também aprofundar o conhecimento acerca da produção familiar e os mercados locais, observada a estruturação desses mercados a partir de relações de confiabilidade e como proporcionam visibilidade e autonomia a esses atores.

1.3 Problema

Considerando a feira agroecológica de Pelotas e a relação dos agricultores familiares inseridos nesses canais curtos de comercialização de forma direta, esta pesquisa tem como meta responder as seguintes questões: Quais as características da feira agroecológica ARPA-SUL de Pelotas – RS e como estão organizadas enquanto canais curtos de comercialização dos produtos agrícolas? Quais limitações encontradas na comercialização em canais curtos de base agroecológica?

As dinâmicas relacionadas ao setor agrário, propõe uma série de análises envolvendo a agricultura familiar. Assim, este estudo busca refletir sobre os processos provocados em um mundo globalizado, enfatizando a importância das cadeias curtas de comercialização, caracterizada pela feira agroecológica ARPA-SUL. Diante deste contexto, observa-se a grande variedade de produtos alimentícios adquiridos localmente, proporcionando alimentos saudáveis, cuja produção não entra em confronto com o meio ambiente. É observado um estreitamento nessas cadeias curtas

diretas, que propõe a sociabilidade entre consumidor e produtor estimulando a troca de saberes, incorporando um espaço além de comercial, cultural, resgatando as feiras, além do conhecimento e reconhecimento de produtos locais.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral: Compreender o papel e as características das feiras agroecológicas como canais curtos de comercialização na cidade de Pelotas-RS, com ênfase na feira agroecológica ARPA-SUL.

1.4.2 Objetivos Específicos:

- a)** Apresentar de forma analítica conceitos sobre os canais curtos de comercialização e sua relação com a feira agroecológica ARPA-SUL Dom Joaquim;
- b)** Analisar os aspectos sociais, técnicos e de produção dos agricultores – feirantes que integram a feira agroecológica ARPA-SUL na cidade de Pelotas-RS;
- c)** Identificar as possibilidades e restrições dos canais curtos de comercialização da feira agroecológica ARPA-SUL para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Pelotas-RS;

1.5 Metodologia

Levando em conta as propostas apresentadas e pretendidas nos objetivos, buscou-se seguir um caminho metodológico, primeiramente baseado na fundamentação teórica, onde foram realizadas pesquisas bibliográficas, através de artigos, livros, dissertações e teses, para dar o embasamento das temáticas aqui tratadas.

No conjunto da fundamentação teórica, objetivos, problemática e levantamentos reunidos, entende-se que este estudo trata de um trabalho de natureza quali quantitativa, pois, busca-se aqui o caráter de complementariedade de dados numéricos sociais e econômicos dos agricultores-feirantes, juntamente com a busca da compreensão do contexto e das características dos fenômenos estudados. Foram examinadas as dinâmicas e relações no espaço da feira, sobretudo, pelos caminhos percorridos nos canais curtos. A observação e a descrição também foram vias

importantes a serem seguidas para elaboração desse trabalho, e construíram assim, a consonância através do método de interpretação dos dados.

O período de desenvolvimento da pesquisa ocorreu entre os anos de 2020 e 2022, sendo a etapa da coleta de dados, realizada entre 2021 e 2022 (Salienta-se que foi dentro do período da pandemia, dificultando o retorno das feiras). Esta, foi feita através de aplicação de dez (10) questionários (APENDICE 1) aos agricultores-feirantes. Os questionários foram entregues impressos, diretamente aos agricultores feirantes e na semana seguinte eram devolvidos, já contendo as respostas dadas. Além disso, também foram entregues questionários no formato online – via WhatsApp ou por e-mail. Devido a alguns agricultores-feirantes não retornarem a feira nas semanas seguintes para a devolução dos questionários impressos, foi disponibilizado este formato, pois por conta da pandemia, COVID-19¹, era necessário observar as normas sanitária do momento.

Os questionários foram organizados com onze (11) perguntas e tinham por objetivo compreender as características de produção e comercialização dos agricultores-feirantes de base agroecológica e conhecer os aspectos dos mesmos, dentro de cada faixa etária. A identidade das pessoas que responderam ao questionário, foi resguardada. Ao longo do texto foram apresentadas situações de alguns agricultores-feirantes, referindo-se a eles somente com as iniciais de seus nomes, para melhor compreensão ao longo da pesquisa.

A interpretação e verificação dos resultados só foi possível compreendendo cada etapa dos procedimentos metodológicos que foram seguidos, conforme sistematizado resumidamente no fluxograma a seguir.

¹**Nota explicativa:** O covid-19 ou coronavírus, é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, de elevada transmissibilidade e, em alguns casos é potencialmente grave, esta pandemia provavelmente iniciou em 2019 na China, na cidade de Wuhan, rapidamente se espalhou pelo mundo, sendo este um vírus relativamente estranho, e através de pesquisas, se descobriu as formas de transmissibilidade como: contato, por gotículas e por aerossóis, o mundo necessitou de mudanças. Sendo necessário o uso de máscaras, a utilização de álcool em gel, a constante higiene, e isolamento social, em algumas cidades do país foi necessário decretar lockdown, e neste caso em Pelotas, em um momento de agravamento da pandemia, a prefeitura através do decreto n° 6.267 precisou fechar o comércio, somente para abertura das atividades essenciais e conforme o regulamento sanitário do momento, mudou-se o comportamento frente as relações sociais, o que no caso da pesquisa afetou significativamente as relações de contato com os agricultores – feirantes.



Pode-se examinar de acordo com os questionários, a importância da feira agroecológica ARPA-SUL na composição da renda de cada agricultor familiar participante e ainda, verificar os canais de comercialização dos quais se utilizam, sendo que muitos agricultores têm sua principal fonte de renda oriunda da feira. Nesse sentido, Godoy e Sacco dos Anjos, 2007, demonstram a importância desse contato na relação de confiança e amizade entre consumidores e feirantes para aquisição desses produtos, o que gera também a continuidade da feira nesse local.

As feiras agroecológicas contribuem para a valorização da identidade do agricultor familiar, assim como as relações de confiabilidade no que se refere aos alimentos de qualidade e entregues diretamente ao consumidor. De acordo com Finatto e Corrêa (2010), as cooperativas e associações também cumprem um importante papel na organização e funcionamento das feiras livres, além de facilitar o acesso aos mercados.

Sendo assim, fica evidente a importância das feiras agroecológicas, em especial a feira ARPA-SUL, que foi a primeira a se estabelecer e impulsionar as feiras ecológicas seguintes na região, estimulando a consumir e produzir produtos alimentares locais/regionais, promovendo nos estabelecimentos rurais a diversificação, sendo estes proporcionado pelos canais curtos de comercialização, pois, é através de seu encurtamento e sua estruturação, que lançam a autonomia e fortalecimento aos agricultores familiares. Por fim, essa pesquisa procurou contribuir com a geografia sobre esta temática, em especial na subárea da geografia agrária, para contemplar também estudos ligados a temática das feiras agroecológicas e aos canais curtos, pois muitas referências e leituras utilizadas aqui são discutidas pelas disciplinas relacionadas à agronomia, sociologia, entre outras. Para a geografia também se faz importante para observar o espaço da feira com seus inúmeros atores, movimentos, fluxos e trocas, ao mesmo tempo, a ciência geográfica se faz necessária para compreender seu contexto histórico, econômico, político e ambiental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A questão agrária é observada na Geografia por diversas perspectivas. Analisaremos aqui, questões referentes a agricultura familiar, tendo vista a lógica do sistema capitalista que se apropria de espaços, e os torna somente lucrativo para o capital, debates que já surgiam na geografia em meados dos anos 60 em relação a questão agrária e que vão se aprofundando desde então.

Importantes clássicos da época precisaram ser revisitados para compreender as questões agrária brasileira como Caio Prado Jr, que descreve a realidade vivida na época e que continuam tão presentes, contribuindo para inúmeras pesquisas que tratam da história agrária brasileira.

Este capítulo apresenta o embasamento teórico com autores selecionados para iniciar o entendimento desta pesquisa. “A revisão da literatura é feita buscando-se nas fontes primárias e na bibliografia secundária [...]. Essas fontes de consulta podem ser obras publicadas, livros, monografias, periódicos especializados e documentos.” (KÖCHE, 2003, p. 132)

A fundamentação teórica desta pesquisa pretende dar bases para esclarecer os passos teóricos seguidos, cujo espaço para discussão se dá a partir da conceitualização da agricultura familiar, das práticas e conceitos da agroecologia referente aos conceitos dos Canais Curtos de Comercialização. O debate será aprofundado com a abordagem sobre as feiras agroecológicas e sua importância para as famílias.

2.1 Agricultura Familiar

A agricultura familiar exposta no presente trabalho, é a categoria de trabalhadores de pequenas propriedades familiares presentes no rural brasileiro, que possui como mão de obra basicamente os membros da família. Geralmente, o consumo dos alimentos produzidos é elaborado por eles, sendo também comercializados para o consumo de parcela significativa da população brasileira.

Apesar de sua importância socioeconômica, esta categoria sempre foi relegada a um plano secundário durante grande parte da história agrária brasileira. Essas questões só mudam quando surgem movimentos organizados por estes mesmos agricultores nos anos 90.

As questões políticas estão intrínsecas na agricultura familiar e para o enriquecimento de tais debates, faz-se necessário compreender o significado do termo, “agricultura familiar”, para não utilizar erroneamente expressões como pequeno agricultor, por exemplo, termos que associam a pobreza rural, e marginalizam o agricultor familiar. (Wanderley, 2000)

O conceito "pequeno produtor" permitia que um de seus parâmetros fosse o tamanho da parcela de terra explorada. O de agricultor familiar carrega uma complexidade econômica, social e cultural muito maior. (CONTAG, 1999, p.41)

Embora ainda não se tenha estabelecido um conceito fechado para uma categoria social tão abrangente e heterogênea que é a agricultura familiar, vários autores procuram demonstrar a importância desta categoria para a sociedade, Veiga (1999), Abramovay (2007), Neves (2007, 2012), Schneider (2013), Wanderley entre outros.

Abramovay (2007) afirma a importância da agricultura familiar perante tantas transformações, resistindo a novas configurações e modos de viver, principalmente ao atual sistema capitalista que vivemos, permanecendo e buscando dinâmicas distintas, sobretudo, quando houve o auge da urbanização que também decorre de uma reconfiguração social, numa interação modificada nos espaços, tudo isso, também relacionando a inclusão de novas tecnologias, e incorporação ao mercado.

Para Delma Peçanha Neves, a agricultura familiar se diferencia daquela dita camponesa, por inúmeros motivos, mas se parecem, e ainda acredita que a principal característica do agricultor familiar gira em torno da organização e produção familiar,

Para efeitos de construção de uma definição geral – isto é, capaz de abstratamente referenciar a extensa diversidade de situações históricas e socioeconômicas –, a agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas (NEVES, 2012 p. 35)

Ao mesmo tempo compreende-se que diversas famílias podem enquadrar-se nesse quesito, o que consiste numa imensa rede de atores indo desde os povos indígenas, quilombolas, assentados, pescadores, silvicultores, aquicultores, extrativistas, descritas no inciso 2º da Lei 11.326/2006. (BRASIL,2006)

Podemos dizer também, que algumas relações simbólicas e culturais mudaram com as transformações no mundo, necessitou cada vez mais às pequenas

propriedades a se reinventar no meio rural, sendo estes, trabalhadores de qualquer um destes processos produtivos descritos na lei acima, e como é possível observar em Schneider e Cassol,

De um lado, está cada vez mais evidente que ao se falar em agricultura familiar no contexto atual, não se está referindo ao campesinato tal como este era concebido nas décadas de 1960 e 1970. Os camponeses eram considerados os pobres rurais, pouco eficientes do ponto de vista econômico e ameaçados de desaparecimento pelo emergente capitalismo urbano industrial da época (sem contar que em alguns países eram considerados perigosos e incômodos por suas políticas e alinhamentos ideológicos). De outro lado, os agricultores familiares que estão ganhando destaque no momento atual não são aqueles diretamente identificados com os “family farmers” da América do Norte e da Europa do Norte, também conhecidos como agricultores “tipo farmer”, altamente tecnificados e produtores de monocultivos. Com exceção de algumas regiões e situações específicas, o estereótipo do “farmer americano” não corresponde à maioria dos agricultores familiares que existem no Brasil e nos demais países da América Latina. (SCHNEIDER; CASSOL, 2014, p.231)

A agricultura familiar brasileira é diversa e não tecnificada, inclusive por equipamentos agrícolas se demonstrarem extremamente caros e/ou causadores de dívidas. Na tentativa de buscar o fortalecimento da família, vendem seus produtos localmente, e/ou abastecem o mercado interno, embora não necessariamente somente se limite a isso, mas principalmente tem seu principal objetivo focado no abastecimento alimentar das populações das cidades brasileiras.

2.2 Agroecologia: princípios e conceitos

As relações econômicas e sociais tornaram-se uma cultura homogeneizadora desencadeada pela modernização industrial. Posteriormente com o advento da globalização, o afastamento das relações tende a piorar, pois no meio técnico-científico-informacional, conceito elaborado pelo professor e geógrafo Milton Santos, é perceptível a junção da técnica e ciência, especialmente a partir dos anos 70, que foram se expandindo através do mercado e se consolidando em muitas partes do planeta sob uma única cultura. Em contrapartida, a agricultura familiar busca atuar sobre maneiras menos impactantes, sustentáveis e tradicionais de resistência, sobre o contexto da sua relação com a natureza e sociedade.

Essa seção visa demonstrar alguns conceitos de Agroecologia, sem a pretensão de definir um conceito unicamente correto, mas com o objetivo de integrar diferentes

visões, para avaliarmos sob o contexto em que irá se apoiar as questões aqui levantadas.

Segundo Feiden (2005), usava-se antigamente o termo “agroecologia” para realizar demarcações territoriais nas áreas em que poderia executar a exploração de determinada cultura praticável, observando as características do solo por meio de zoneamento agroecológico. Posteriormente, o termo foi tomando outros sentidos, ligado as questões culturais, sociais e ambientais.

A agricultura alternativa surge no início do século XX, na Europa e Ásia, agia por diversas correntes filosóficas, e cada uma delas seguiam determinados princípios, sendo as principais correntes denominadas: agricultura orgânica, agricultura biológica, biodinâmica, agricultura natural, permacultura, entre outras. Estas correntes, primam pela produção familiar, economia local e conservação do meio ambiente. Ao longo deste trabalho, serão abordadas algumas características sobre cada uma delas.

O termo Agroecologia pode significar muitas coisas. Definida de forma mais ampla, Agroecologia geralmente representa uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção (ALTIERI, 2002, p. 26).

A construção do conceito de agroecologia ainda desperta muitas interpretações, mas a dinâmica principal da propriedade é prezar o solo como um organismo vivo. Na agroecologia não é permitido utilizar agrotóxicos, adubos sintéticos, sementes modificadas, ou qualquer outro elemento sintético que modifique o processo natural dos organismos vivos. O controle de insetos, por exemplo, é feito pensando no uso de insumo local com recursos naturais, geralmente da propriedade. Como bem observado por Primavesi (1994) em seu livro *Manejo Ecológico de Pragas e Doenças*, as formas menos agressivas ao meio ambiente, tratadas como “remédios naturais” são para possíveis insetos invasores ou ainda doenças nas plantações. Para isso podem ser utilizados insumos locais, tornando-se também uma forma de manejo mais viável economicamente ao agricultor.

Essa prática pode ser entendida como um sistema, considerando a família, o agricultor, o cuidado com a terra, a sabedoria tradicional, o processo e cuidado de produção justa e saudável, as relações de trabalho e a comercialização socialmente e ecologicamente justa. Tudo isso não pode ser compreendido como casos

independentes. “Toda a natureza funciona em ecossistemas [...] assim como não existe fator econômico isolado, também não existe fator ecológico isolado. Cada um depende de outro e influi sobre outros.” (Primavesi, 1987, p.15)

A agroecologia é um dos sistemas agrícolas mais sustentáveis sob todos os aspectos e propõe-se a resgatar a dignidade humana dos agricultores que ao longo da história domesticaram plantas e animais e mantiveram grande parte da diversidade genética utilizada pela espécie humana. Além disso, ao conservarem a agrobiodiversidade, esses agricultores promoveram práticas e inovações que são agora reconhecidas pela comunidade científica e pelos tomadores de decisões. (NODARI; GUERRA, 2015, p.183)

Caporal e Costabeber (2002) apresentam a agroecologia como uma ciência e prática, que possui princípios, conceitos e metodologias, específicas. Sendo assim, a agroecologia propicia entender o meio através de estudos, análises e avaliações sobre os agroecossistemas. Os agroecossistemas são relações essenciais para o estudo, planejamento e práticas de tais atividades produtivas, como as da agricultura familiar, visando o desenvolvimento rural sustentável.

Susanna Hecht (1999) compreende que há uma abordagem sistêmica na agroecologia e que a agroecologia é tão antiga quanto a agricultura em si, tendo suas raízes nas culturas tradicionais indígenas, sendo que estes ainda utilizam os mesmos mecanismos, que hoje também são utilizados por agricultores.

Hecht (1999) descreve a relação complexa das interações internas e externas dos processos sociais, físicos, naturais, ambientais e biológicos, sendo necessário atentar para os vários fatores naturais tanto em sua estrutura como em sua função, entendendo a agricultura e seus determinantes, como os fatores climáticos, ambientais, espaciais e sociais. A autora destaca os agroecossistemas, como ecossistemas “semidomesticados” que se direcionam em escala. Estes ecossistemas também sofreram o mínimo de impacto humano, pois em todos os lugares há algum impacto, visível ou invisível.

Conclui-se sobre esses conceitos, que há um processo histórico envolvendo a origem da agroecologia, antes mais restrita a agronomia e economia, procurando entender e verificar razões científicas ao sustentar uma agricultura de formato não convencional, que possa trazer esclarecimento de fato, na teoria para prática. Caporal e Costabeber 2002, acreditavam ser essencial a disciplina de Agroecologia para o aprimoramento do agricultor, e assim a introdução das atividades baseadas em práticas agroecológicas. Por fim, podemos observar em Hecht (1999) que a origem

da agroecologia é anterior ainda ao que pensávamos, envolvendo a questão social, ambiental, cultural e econômica. Podem ser notadas novas questões e teorias de estudos científicos que se somam a conhecimentos culturais, demonstrando que são processos indissociáveis para o desenvolvimento da agroecologia.

Conforme apresentado na próxima seção, Balestro e Sauer (2013) relatam a contribuição para um direcionamento da Agroecologia na transição agroecológica, sendo destacado, as visíveis transformações positivas de hábitos, e refletindo nos principais canais de produção e consumo de alimentos, atingindo diretamente a soberania e segurança alimentar.

2.3 Canais Curtos de Comercialização

Partimos da crítica ao sistema alimentar, que é produto da urbanização acelerada e da globalização. O sistema alimentar compreende uma série de atividades de produção e distribuição dos alimentos produzidos, ampliando a distância física, mas também a sociabilidades entre as pessoas. A forma como ocorre essa dinâmica é chamada de canais longos.

A materialização do processo de globalização, instituindo uma economia global, permitiu o acesso a produtos agrícolas antes inacessíveis. A sazonalidade que relacionava produto, local e tempo deixou de ser realidade, estando à venda, hoje, qualquer tipo de fruta e legume, seja qual a época do ano ou o local onde nos encontramos. (LUCIANO, 2017, p. 7)

Para contrapor essa ideia, os Canais Curtos de Comercialização são circuitos que visam o encurtamento de atravessadores, pessoas que visam diminuir a ação de atravessadores realizando a intermediação entre produtores e consumidores, produtores que geralmente são agricultores familiares, e não contribuem com as exigências estabelecidas pelas redes de distribuição, tanto na comercialização quanto na produção dos alimentos. Optam por produzir e comercializar por meio de sua unidade familiar, ou até mesmo visam comercializar via rede comunitária, associações e cooperativas. Esses canais permitem a socialização e de certa forma, re-espacializar e recriar a cultura do consumo dos alimentos locais, permitindo também o consumo de alimentos antes não valorizados.

Para Darolt (2013) há uma tipologia a ser observada nesse circuito, que ele observa como relações mais diretas, na venda direta, como por exemplo nas feiras,

ou venda indireta como em programas governamentais PAA, PNAE, da qual possuem apenas um intermediador. Veremos mais adiante, a tipologia detalhada dos canais curtos direto e indireto, proposta por Darolt, et. al 2013.

Marsden (2000) ressalta outra tipologia de canais curtos voltados muito mais ao valor cultural que carrega os produtos, sem necessariamente ser a distância e número de intermediários que definam este circuito, ou realmente aproxime o consumidor do produtor. Para o autor, as informações embutidas no alimento ou produto, são carregadas de valor simbólico, incorporando por vezes nas embalagens as formas de entender os métodos e locais adquiridos. A tipologia identificada por ele é a seguinte, 1) Face a face: forma mais direta de venda, interação entre consumidor-vendedor/produtor. 2) Proximidade espacial: produtos revendidos na região/local, e conscientização do local de venda. 3) Espacialmente estendido: produto carregado de informações sobre o valor simbólico e cultural, trazendo informações de onde é produzido, pois, geralmente é um produto adquirido por consumidores fora da região produzida.

Entender os mercados e as relações estabelecidas é uma tarefa importante. para Pranke (2021), os canais curtos de comercialização podem também ser entendidos como “mercados locais”, percebidos como uma construção das relações sociais locais, partindo do agricultor familiar, sobre contextos socioeconômicos diversos, que buscam reproduzir o formato não capitalista. Estes, buscam adentrar em diversos mercados locais, gerando maior construção social dos mercados e fortalecendo relações, pois, é com estratégias de confiança e transparência que se revela o diferencial para venda desses produtos aos moradores locais. “Independentemente da denominação, esses tipos de circuito de comercialização, reforçam a noção de autonomia e conferem um maior peso e participação de consumidores e produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo”. (DAROLT, 2013, p. 9)

É possível notar como as feiras floresceram a partir das mudanças ocorridas nos sistemas agropecuários tradicionais, resultando na emergência de novos atores e novos circuitos de trocas. Assentados em aspectos culturais tradicionais, esses circuitos gradualmente foram se desenvolvendo e consolidando ao mesmo tempo em que o interior se urbanizava e as cidades cresciam. (CASSOL, 2021, p.107)

As feiras, principalmente agroecológicas, se desenvolvem em um contexto de mudanças na forma de distribuição alimentar no formato globalizado, resistindo pela forma como transparecem confiança, e onde há sociabilidade envolvida.

Em tais redes alternativas, há questões em aberto, como o selo e o preço que por vezes, torna-se inacessível a uma parcela de consumidores de baixa renda. E ainda, agricultores que também encontram certas dificuldades sociais para inserir-se nos canais curtos e na agroecologia. Para tanto, torna-se imperativamente necessário essa aliança entre produtores e consumidores visando alimentos de qualidade. Darolt (2016) explica que há necessidade da democratização dos alimentos alternativos, isso implica no acesso para todos os consumidores e promove a inclusão de agricultores familiares em mais mercados. Por consequência, ocorre um maior desenvolvimento desses mercados e maior inclusão do agricultor familiar em mais canais curtos de comercialização, expandindo esse formato de comércio. Renting et al. (2012) recomendam utilizar as “Redes de Cidadania Alimentar” – RCA, com o objetivo de dar maior autonomia e acompanhar os indicadores da agricultura agroecológica, utilizando os consumidores como uma espécie de “democracia alimentar”, propondo a participação de consumidores e produtores no processo de um sistema alternativo alimentar.

Uma análise de circuito local, pode ser observado em Pelotas-RS, que destaca o comparativo de preços de distintos canais de comercialização: – redes de supermercados – via canais de comercialização longos, Feiras agroecológicas – via canais curtos de comercialização. Nesse estudo comparativo realizado por Henrique Lemos Quadros *et. al.* (2019), demonstram como se comportam os preços em diferentes canais de comercialização ao longo do ano. Foi por eles observado, que há alimentos nas feiras agroecológicas vendidos sazonalmente, produtos estes que somente são produzidos em determinadas épocas do ano e que são vendidos por preços semelhantes aos supermercados, por exemplo. “Esse é o caso dos brócolis, cebola, couve-flor e tomate longa vida, que apresentaram médias estatisticamente diferentes. Ou seja, os preços desses produtos variam de local para local.” Quadros *et. al.* (2019)

Analisando todas as vias possíveis e observando o seu grande potencial de proporcionar alimentos ricos em cultura local e saudável entre outras acessibilidades adquiridas por esses canais ao agricultor familiar local, é imprescindível identificar as fragilidades dessas cadeias, os preços nas feiras agroecológicas, são por vezes

inviáveis para algumas pessoas. É necessário incentivo governamental local aos articuladores e produtores, para que possam obter uma renda justa, e ao mesmo tempo para que haja a conformação de preços mais acessíveis aos consumidores mais desfavorecidos, dispondo a alimentação adequada também em bairros mais distantes.

3 AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS CARACTERÍSTICAS

Segundo Altafin (2007), a origem da agricultura familiar no Brasil, se deu primeiramente pelos índios, escravos africanos, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus, que ocupavam esses espaços até mesmo para produção do autoconsumo, e com isso desenvolveram habilidades no meio rural ocupado, de acordo com cada época. Portanto, pode-se dizer também que a produção de alimentos no Brasil tenha se caracterizado pela distribuição geográfica e período, destacando até hoje a contribuição cultural alimentar de cada um destes,

A geografia da agricultura familiar no Brasil passa por uma diversidade de contextos regionais, abrigando um universo social heterogêneo que abrange tanto os pequenos agricultores do sul do Brasil, herdeiros da “policultura colonial” dos migrantes europeus do século XIX, quanto os ribeirinhos do ambiente fluvial da Amazônia até aqueles situados no agreste nordestino, historicamente localizados na proximidade da monocultura da cana-de-açúcar. (ANTUNES, 2014, p.114)

De acordo com Schneider (2014), na década de 50, houve a passagem do período da exportação do café, para a ascensão da fase das importações e a crescente ampliação da indústria nacional, com isso, também surgem reivindicações pela terra. Essas relações de mercado acabavam por expulsar muitos moradores do campo, e em 1964, o Estado foi praticamente forçado, a criar o Estatuto da Terra (Lei 4.504), que corroborou para uma maior divisão em segmentos, classificando para estabelecimentos agropecuários, e os dividindo em quatro categorias, o latifúndio, as empresas rurais, as propriedades familiares e os minifúndios. Nos anos posteriores, com efeitos de vários determinantes, mas principalmente com a modernização, aprofundou-se ainda mais a concentração de terras.

A partir de 1950, o governo Vargas passou a promover a pesquisa e a expansão da área plantada de soja no Rio Grande do Sul. O intuito era ampliar a rentabilidade da terra nas áreas de cultivo de trigo, aumentando a área plantada e, por consequência, a sua produção. Sendo essa última uma cultura de inverno, a soja passou a ser promovida, associada ao trigo, como uma lavoura para o período de primavera e verão. Apesar do Brasil já exportar soja à época, o trigo foi introduzido muito antes no país (primeira metade do século XVIII), estando, na década de 1950, relativamente presente na dieta alimentar de parte da população. A preocupação do governo Vargas era ampliar a oferta de trigo e garantir preços mais baixos ao consumidor. Introduzir uma nova cultura, associada a essa lavoura, foi a estratégia: a soja contribuiria para ampliar a renda da terra, otimizando os investimentos realizados em máquinas e equipamentos, por meio do cultivo alternado no verão da soja e no inverno do trigo na mesma área (binômio trigo-soja). Esse processo foi estimulado por meio de cooperativas, que recebiam acesso

facilitado a políticas de crédito e extensão rural. (AGUIAR; PORTO, 2019, p.109)

Nas décadas de 60 e 70, principalmente com o impulso da denominada “Revolução Verde²”, as políticas voltadas para o meio rural são dirigidas aos setores mais capitalizados, pois os governantes brasileiros não privilegiam o desenvolvimento das questões fundiárias que tanto necessitam de reformas. A real intenção do Estado nunca foi modificar estruturalmente as questões do campesinato familiar perante as desigualdades que foram impostas através do modelo produtivista.

Formas antigas de exploração, como as “plantations” foram ampliadas com formas contemporâneas, que uniram os sistemas agropecuário com os sistemas industrial, mercantil, financeiro e tecnológico, formando o agronegócio. Com esta estrutura múltipla e multifacetada, o capital nacional e internacional se uniu para ampliar suas formas de inserção nos mercados locais, nacionais e global. Este processo de ocupação estrangeira pelas corporações transnacionais e de diferentes tipos de capital desempenham papel central no processo de *commoditização* da agricultura. A soja e cana-de-açúcar tornaram-se as principais commodities no processo de modernização da agricultura e expansão da fronteira agrícola. (CLEMENTS; FERNANDES, 2013, p.1)

Neste sentido, Delgado (2001) descreve a fase áurea da chamada “modernização conservadora³ agrária” que ocorreu no Brasil por volta dos anos 60 e 70, e de forma mais intensa no governo militar, constituídas pelas elites dominantes, privilegiando grandes produtores. Nessa época, ocorre o aprofundamento das técnicas industriais na agricultura incorporando insumos industriais e maquinário industrial, com grande incentivo articulado a partir de 1965 por meio do crédito rural para produtos agrícolas por meio da articulação pela União do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR.

² Sobre essa temática ver também: CAPORAL, F.R. (2003). Superando a revolução verde: a transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

³ Termo elaborado por Barrington Moore Junior para retratar o caso específico de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, os quais realizaram revoluções burguesas vindas de cima. Assim, o processo de modernização de sua sociedade alicerçou-se sobre um processo de industrialização condicionado pelo pacto político tecido entre a burguesia e os terratenentes. Os pensadores nacionais, utilizam o termo modernização conservadora sem as devidas mediações históricas e críticas, mas tiveram uma importância primordial, pois mostraram que houve a penetração das forças produtivas tipicamente capitalistas na agropecuária nacional. Entretanto, estes autores chamam a atenção para o fato de que a estrutura fundiária, ao longo dos séculos, manteve-se concentrada, mormente nas grandes unidades de exploração agropecuária. (PIRES; RAMOS,2009)

A distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão de trabalho crescente; *grosso modo*, maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria. Enquanto isso, os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam preços também baixos. Tanto na mudança na escala de produção trazida pelo novo pacote tecnológico, como a tendência especulativa desencadeada pelo processo de modernização, serviram para acentuar ainda mais a concentração da propriedade da terra, afetando também as relações de produção no campo. Além da mecanização expulsar a mão-de-obra, o espaço de arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores também ficou reduzido pela "territorialização do capital". Isto provocou um forte êxodo rural (de quase 30 milhões de pessoas entre 1960-80), além de crescente assalariamento da força de trabalho agrícola, muito da qual passou a residir nas cidades. (MARTINE, 1991, p. 10)

Sabe-se, que há um processo histórico de desigualdades no rural, e que se agravou no período da modernização conservadora, devido à grande exclusão desses trabalhadores rurais em suas pequenas propriedades. Também está enraizada na história do país, a inexistência de políticas eficazes para amparar essas famílias sem condições de se manter no espaço rural, que começam a buscar novas alternativas de emprego, migrando em direção às grandes cidades, onde acabam se encontrando desamparados e sem emprego. Como destaca Wanderley, 2014

Sem o recurso da produção de subsistência, o trabalhador, expulso do campo, perde os pressupostos mínimos da condição camponesa e passa a viver nas periferias degradadas das cidades, de onde procura ocupação, agora, sem nenhum vínculo, nas colheitas que se sucedem ao longo do ano, num amplo espaço que pode ser, inclusive, inter-regional (WANDERLEY, 2014, p.28).

Na visão de Matos e Pessôa (2011), na década de 80, inicia-se o esgotamento de alguns investimentos realizados no processo modernizador agrário. Esse recuo dos investimentos governamentais se deu por conta da crise econômica vigente, lembrando que houve apenas a diminuição dos investimentos principalmente no setor agropecuário, mas os autores relatam por exemplo, o aumento de grãos como a soja, nesse mesmo período, notadamente imprimindo mais uma vez a lógica produtivista.

Como Delgado (2005) observa, no final dos anos 80 esse período também foi marcado pela presença de movimentos sociais, devido o fim da ditadura militar para a transição da democracia, significando uma nova ordem política e econômica, demarcada pela Constituição de 1988, gerando mudanças no estatuto da propriedade fundiária. Porém, algumas questões históricas se perpetuam, principalmente porque

há nesse momento a crise fiscal e a dívida caracterizada por ordens internas e externas onde tenta-se encontrar a solução da dívida externa em uma estratégia de concentração para o mercado de terras.

A “modernização da agricultura”, deve ser pensada como estratégia para o desenvolvimento e fruto de uma construção política e social que sintetiza sujeitos políticos e expressa processos de luta por terra como lugar de direitos fundamentais e identidades culturais. (CASTRO, 2017, p.13)

Em 1990 ocorrem três fatores que desencadeiam o início de mudanças para a categoria da agricultura familiar, podendo refletir-se em outros debates e ações políticas muito importantes que ocorreram desde então. Estes três fatores são destacados por Schneider:

O primeiro tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 1990; e o terceiro fator está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas, que passaram a reconhecer este setor e dar-lhe visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). (SCHNEIDER, 2014, p.25)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, se constituiu como base para disponibilização de créditos ao agricultor familiar, sendo estes atores reivindicadores de uma árdua luta para garantir direitos e políticas como estas para tal categoria. A lei nº 1.946 disponibiliza o crédito rural pela primeira vez com intenção de reconhecer o agricultor familiar como categoria social, promovendo a permanência desses agricultores no campo e possibilitando o aumento de renda da família através da concessão do crédito para a agricultura familiar (BRASIL, 1996).

As questões referentes ao êxodo rural, modernização e desemprego já debatido anteriormente, ganham força com discussões sobre o combate à fome. Muitos movimentos surgem em detrimento disso, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST vão se formando devido à falta de políticas e assistência a esta categoria. Um dos movimentos mais antigos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, foi criada em 1963, movimento marcado também pela repressão política.

A conceitualização sobre a Agricultura Familiar foi muito debatida pelos movimentos sociais, cientistas, acadêmicos, sindicatos e pela própria CONTAG. Estudos realizados pela FAO-IN CRA procuram a contextualização conceitual mais

próxima, se apoiando em parâmetros que serviriam de base para enquadrar como categoria de agricultores familiares em programas específicos como Pronaf, além dos que surgiriam mais adiante, a partir desses conceitos. Nesses estudos foi percebida a diversidade que havia na agricultura familiar, demonstrando a importância dessa discussão e do acesso aos programas e mercados (SARON & HESPANHOL, 2012).

Para acessar programas como o Pronaf, o agricultor familiar deve se enquadrar na categoria “agricultor familiar”, necessitando de um documento que o identifique como pertencente a tal categoria. Esse documento é a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP, que tem dados específicos, pessoais, dados do estabelecimento do agricultor e renda, sendo possível identificar em qual tipo de linha o agricultor se enquadra. (BRASIL, 2021)

De acordo com os critérios exigidos pelo Pronaf, esse crédito exige que os agricultores familiares tenham 80% da renda oriunda da atividade relativa à agropecuária, deter ou explorar a atividade agrícola em uma área de até quatro (4) módulos fiscais, utilizar seu espaço de terra, como proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário e utilizar mão de obra preferencialmente familiar, podendo permanecer com até dois empregados, necessitando que o agricultor resida no local ou próximo. (BRASIL, 2021)

Sobre a lei da Agricultura Familiar, nº 11.326/2006, outro importante avanço e conquista dos agricultores familiares que merece destaque, é que a mesma, estabelece as seguintes diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina formalmente a agricultura familiar como uma categoria profissional. Reconhece os beneficiários para os seguintes grupos: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas, e agricultor familiar que pratica atividades no meio rural, utilizando predominantemente mão de obra familiar, que não detenha qualquer título de área maior que 4 módulos fiscais, gerencie seu estabelecimento ou empreendimento com a família, que tenha um percentual mínimo de suas atividades econômicas da renda familiar originadas do estabelecimento ou empreendimento rural na forma definida pelo poder executivo (BRASIL, 2006).

Podemos citar ainda, além da lei da Agricultura Familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Seguro Rural, a nova Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que já existia desde os anos 1950, antes do Pronaf, mas foi reestruturado visando acolher a compra

de alimentos dos agricultores familiares, buscando atender a partir da dispensa de licitação (Gazolla e Schneider, 2013).

A criação de políticas anteriores como Pronaf, legitimam a profissão da categoria de agricultor familiar gerando a entrada desses agricultores a programas como PAA e PNAE, que apontam para a inserção, como também a competição mais justa aos agricultores familiares pela entrada em mais mercados.

Dentro do Pronaf, existe uma divisão de quatro setores primordiais para agricultura familiar: o financiamento do custeio e investimento agrícolas; fornecimento de infraestrutura rural; negociação e articulação de políticas públicas e formação de técnicos extensionistas e agricultores. No início do programa, as taxas de juros eram altas e houve pouca adesão dos agricultores familiares. Esta baixa adesão inicial se explica pelo desconhecimento da política recém implantada, exceto na região Sul, que devido ao fato de agricultores já serem mais contextualizados na dinâmica de mercados específicos, houve nesse momento uma predominância e centralização do acesso ao público dessa região (Abramovay e Veiga, 1999).

O Pronaf apresenta dificuldades em desenvolver modificações no campo, porque o modelo de agricultura valorizado atualmente, está fortemente relacionado a lógica dos commodities agrícolas e agropecuários, o agronegócio. Assim, o modo de produzir da agricultura familiar em pequenas propriedades torna-se destoante da principal proposta de desenvolvimento agrário pensado e executado no Brasil.

O caráter de agricultura familiar privilegiado nas políticas de créditos é o da “pequena empresa familiar” especializada na agricultura integrada ao modelo agroexportador que se exercem nas categorias D e E⁴ do Pronaf. Ao incentivar prioritariamente essas categorias, alguns agricultores mais capitalizados não enfrentam tantas dificuldades burocráticas no Pronaf, favorecendo quem já possui vantagens. É observado a preferência para conceder créditos que viabilizam a monocultura de grãos e aumentando a competitividade entre os escolhidos para representar a agricultura familiar, mesmo que eles não se encaixem nessa categoria (Aquino e Schneider, 2011).

⁴ O Pronaf possui categorias tipo A,B,C,D e E, as categorias aqui retratadas(D e E) possuem maior percentual de incentivo. **Categoria D:** Agricultores Familiares Capitalizados, que obtenham renda bruta anual familiar acima de 17 mil reais e até 45 mil reais. **Categoria E:** Agricultores Familiares Consolidados, que obtenham renda bruta anual familiar acima de 45 mil reais e até 80 mil reais. (MDA, 2019)

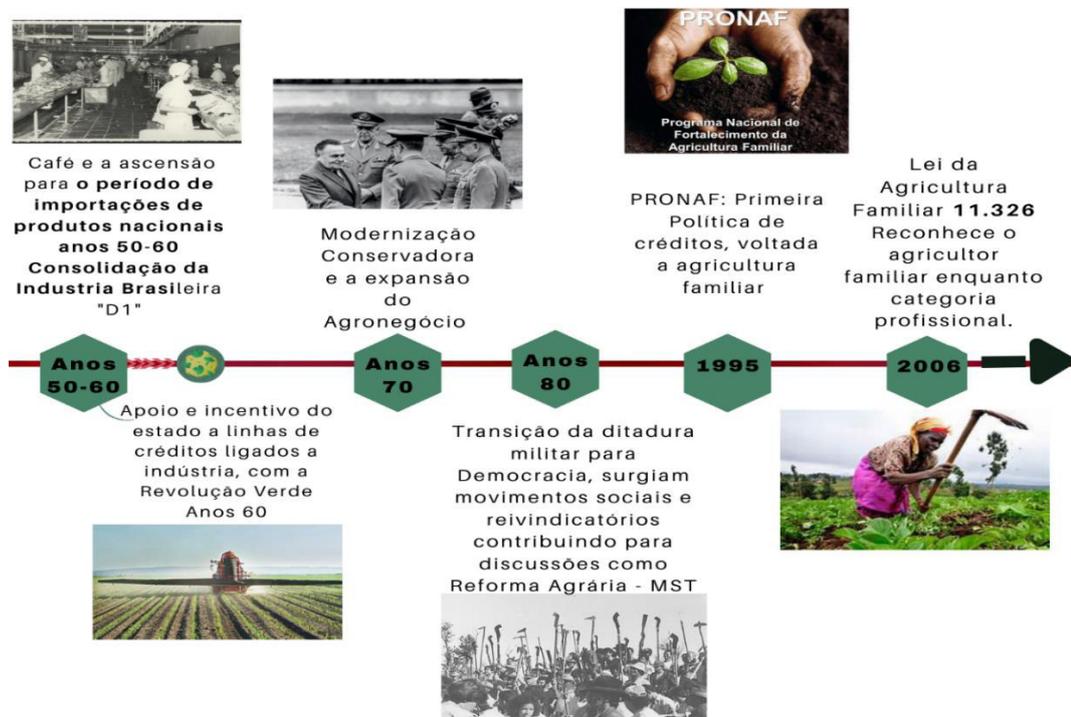
O Programa está financiando as atividades produtivas habituais de grãos e commodities dos agricultores. Os dados demonstram que, para o RS, somente dois cultivos, a soja e o milho, são responsáveis por mais de 76% dos recursos destinados ao custeio para o estado. Essas culturas historicamente têm um legado de pouco valor agregado aos agricultores familiares, baixos preços recebidos e mercados em que eles dependem de outros intermediários como empresas, cerealistas ou cooperativas tritícolas para realizar a venda da produção. Nesse cenário, a perda da autonomia reprodutiva dos agricultores para estes outros agentes é um dos principais efeitos gerados (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013, p. 64).

Com o passar dos anos, o Pronaf foi alargando essa política de crédito através das sucessivas alterações normativas na renda bruta anual, permitindo a inserção de grupos ligados ao mercado financeiro, privilegiando lógicas de mercado, apesar de ser um programa criado para fornecer subsídios do governo somente para a categoria da agricultura familiar (Saron e Hespanhol, 2012).

De modo geral, o programa, para além de algumas inconsistências em suas modificações relacionada as linhas de crédito que permitiram a inserção de um modo substanciado a empresas monocultoras, e com incontáveis contradições no que tange a agricultura familiar, apresenta um caráter dualista. Por outro lado, também propõem ações e ratifica a importância em outras linhas mais diversificadas como Pronaf Agroecologia entre outras, e de certa forma como legitimação do Estado reconhecendo o trabalho da agricultura familiar como sendo uma categoria social, que até então era classificada como pequenos agricultores ou agricultores de subsistência. Através do reconhecimento de sua importância perante o mercado, é fundamental entender a extrema importância deste programa para abrir discussão sobre a urgência de uma ampliação dos recursos destinados a produção diversificada da agricultura familiar.

Na Figura 2, podemos analisar uma linha do tempo demonstrando como a luta da agricultura familiar pelo reconhecimento enquanto categoria social e profissional é antiga. Com os interesses e apoio do Estado sempre relacionados a exportação da produção, historicamente explorando agricultores, bem como direcionando linhas de crédito a indústria, somente em 1995 surge o Pronaf como primeira política de crédito voltado para a agricultura familiar, fortalecendo e mostrando a importância de tais políticas como essa.

Figura 2 - Linha do tempo – Histórico de lutas para o reconhecimento da Agricultura Familiar e a introdução de Políticas Públicas.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Podemos entender que a agricultura familiar sempre foi isolada de quaisquer privilégios e deixada em segundo plano, até o aparecimento do Pronaf, apesar de tudo, há de se reconhecer a importância histórica dessa política, pois a agricultura familiar inclusive colocou em xeque a problemática das grandes concentrações de terras em diversos momentos da história.

O Estado nunca buscou mudar essa história, o que em determinado momento chegou sob o ápice da indignação e revolta dos agricultores familiares. Como aponta Fernandes (2014) ao tentar impedir a luta pela terra, não realizando a reforma agrária, e inserindo o atual modelo de desenvolvimento, os militares (sob a chamada Modernização Conservadora) pensaram que estavam limitando a expansão e força do movimento camponês. Mas, foi através de tal frenesi gerado, bem como pela resistência sob a expropriação sofrida a muitos agricultores familiares, que trouxe a revolta por tamanha desigualdade causada na história agrária brasileira, emergindo movimentos. O MST é um dos marcos dos movimentos sociais dos agricultores familiares, surgindo assim o primeiro acampamento do MST em 1979, no município de Ronda Alta, Rio Grande do Sul, oficialmente, o movimento foi fundado em 1984.

A falta de acesso à terra sempre esteve presente na agricultura familiar, e a falta de políticas públicas que contemplem melhor a realidade da agricultura familiar, se descreve na concentração de terras que ainda é uma grande problemática existente. Esta situação é atestada pelo índice de Gini, indicador global que mede o grau de concentração de terras variando de 0 a 1, (sendo que quanto mais próximo de 1, maior será a concentração de terras e desigualdades na distribuição). A concentração fundiária no Brasil, expressada através dos dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), mostram um coeficiente de Gini de 0,867. Se comparado com os anos anteriores, esse é o maior índice apresentado até agora e a tendência de concentração é aumentar, pois é possível observar que em 2006 o índice registrado era 0,854.

O Brasil se encontra entre os países com a maior desigualdade na distribuição de terras no mundo. Atualmente, foram adotadas outras metodologias de análise como indicadores do grau de concentração de terras, pois na pesquisa para o índice Gini não eram consideradas algumas categorias como os sem-terra, o que demonstra que os números podem ser ainda maiores do que os até então observados. Segundo Censo de 2017 foi observado que 1% das propriedades rurais ou fazendas concentravam 47,6% da área rural ocupada no país.

Quanto aos investimentos, as grandes propriedades, com mais de mil hectares concentram a maior parcela do crédito agrícola. Mas são os pequenos proprietários de terras, agricultores familiares, os responsáveis por mais de 70% da produção de alimentos. As desigualdades ao acesso à terra são incontáveis, assim, é necessário uma ampla reforma e políticas tanto para garantia de créditos como para proteção e distribuição mais justa a todos envolvidos, entendendo a importância e relevância da categoria da agricultura familiar para produção de alimentos no país (IBGE, 2019).

Sem dúvida o MST é um dos movimentos mais importantes dos agricultores em luta pela terra no nosso país, considerando a forma como conseguem se organizar em todo país, em todos Estados e cidades, agregando inúmeras famílias com o mesmo objetivo, expressando a mesma luta e em prol das mesmas indignações sobre terras improdutivas e/ou ocupadas pelo latifúndio. E é nessa união de pessoas, que dividem das mesmas indignações, de não possuir o que é seu por direito, com isso há discussão em palestras, há acampamentos e assentamentos refletindo sobre a reforma agrária.

Conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra (2022) órgão responsável pela desapropriação de terras improdutivas, além da luta pela terra, o MST busca por mudanças sociais no país, e vem fazendo o trabalho de reorganizar essas grandes terras improdutivas, com o intuito de serem divididas em menor tamanho, buscando fazer o aproveitamento desses espaços de forma racional e respeitando os recursos naturais.

Durante a pandemia (anos 2020, 2021 e 2022), o MST mobilizou-se intensamente contra fome, e engajaram-se em campanhas de distribuição de alimentos para a população em situação de insegurança alimentar. “Desde o início da pandemia do novo coronavírus, por meio das campanhas de solidariedade, o MST doou mais de 6 mil toneladas de alimentos e 1.150.000 marmitas para pessoas e famílias inteiras em situação de fome e insegurança alimentar em todas as regiões do país.” (MST,2022)

A agricultura familiar, de modo geral, não só os assentados, se caracterizam por transformações e processos históricos. Pensando de forma analítica, pode ser considerada pelo fato de consistir no trabalho familiar, na produção de alimentos para atender as necessidades básicas e de consumo, mas principalmente, levando em conta suas práticas e técnicas utilizadas no estabelecimento familiar, e o mais importante, pela forma que essas pessoas cultivam a terra, socializam e comercializam seus produtos, garantindo renda e representando formas de inserção no mercado, ou nos mercados.

No agricultor familiar há um camponês adormecido (aliás, um camponês bem acordado). Assim, o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura (WANDERLEY,2003, p.47).

Essa herança do campesinato demonstra a importância do agricultor familiar entendida como uma organização e estrutura familiar, que tem como base fundamental as relações sociais remetendo a transmissão do patrimônio material e cultural, bem como definindo estratégias socioeconômicas de manutenção e permanência no campo através da atuação nos espaços rurais e urbanos, com os mecanismos também atuais para inserção aos mercados.

Para Ploeg (2014), há um grande intuito global em fazer a agricultura familiar se tornar “empresarial” com o argumento de desenvolvimento e obtenção de maiores

lucros, e assim, impondo certas circunstâncias corporativas dentro das pequenas propriedades da qual se vem ameaçadas. Por outro lado, podemos ver por meio da gestão familiar o uso racional dos recursos internos, sendo possível fortalecer esses pequenos estabelecimentos e ampliar a renda pelo princípio da agroecologia, proporcionando a continuidade e fazendo com que esses agricultores se insiram em novos mercados.

Sobretudo, precisamos falar da necessidade da revisitação de conceitos e políticas que amparem melhor o agricultor familiar, dando luz a interpretações mais fidedignas dessa categoria, através da estruturação e criação de múltiplos mercados que priorizem melhor a agricultura familiar em observância com as diversidades presentes nesta categoria.

No próximo subcapítulo é possível observar os dados censitários do Brasil sobre os estabelecimentos familiar e não familiar, observando ainda questões sobre a produção familiar no país e na região, na tentativa de esclarecer a importância de políticas públicas que apoiam essa categoria.

3.1 Agricultura familiar e a produção alimentar

A agricultura familiar se diferencia dos demais tipos de agricultura pois a administração da propriedade é responsabilidade da família, os alimentos produzidos nela constituem a principal fonte de renda para essas pessoas. O Censo Agropecuário de 2006, levantou pela primeira vez na história os dados sobre a Agricultura Familiar e Agricultura Não-Familiar, tendo como base a lei da agricultura familiar. Esses dados revelaram que de 84,4% dos estabelecimentos familiares no Brasil, ocupavam uma área de 24,3%, enquanto pouco mais de 15,6% dos estabelecimentos patronais ou não familiares ocupavam 75,7% das terras. A produção familiar consegue se sobressair e diversificar sua produção em uma pequena área. Esses agricultores representam aproximadamente 4,4 milhões de famílias, que geram renda nas suas unidades familiares. Estes números são somente aproximados, pois revelam apenas a camada de estabelecimentos agropecuários, sendo esses estabelecidos em 2006. (IBGE, 2006).

O que podemos observar em um comparativo com o Censo Agropecuário de 2017 no Brasil, é a agricultura familiar sendo vista ainda como a base econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, concentrando 40% da população

economicamente ativa do país e correspondendo a 35% do Produto Interno Bruto (PIB) (IBGE, 2017).

A agricultura familiar possui grande importância para a economia de muitos municípios. Ao poder público em todas as esferas, cabe fortalecer e estruturar as políticas já existentes. Assim, haveria maior otimização na agricultura de pequenas proporções e cada vez mais, se tornaria propício novas formas de gerar renda local e regional, contribuindo para a permanência e continuidade de trabalhadores no campo, gerando a diminuição da pressão populacional nas cidades.

Em relação ao que é mais comumente produzido, o setor da agricultura familiar tem se destacado principalmente pelos alimentos que compõem a cesta básica dos brasileiros. Segundo o censo de 2017, sua importância se destaca por sua significativa produção que corresponde em média à 87% de mandioca, 70% de feijão, 46% do milho, 34% de arroz e 21% trigo entre outros. Já a pecuária, fica responsável por 58% da produção de leite, 59% suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. (IBGE, 2017).

Mas este setor vem sendo fortemente afetado pela falta de estruturas e políticas públicas no país. Dados Censitários do IBGE, mostram uma redução de estabelecimentos da agricultura familiar, principalmente se comparado ao Censo de 2006, pois nota-se que em 2017, 77% dos estabelecimentos ainda são familiares, mas representando uma queda aproximada de 14%, se uma comparado ao censo de 2006.

Segundo os últimos dados censitários, este setor também perdeu mão de obra empregada, onde 2,2 milhões de trabalhadores rurais deixaram de desempenhar a atividade. Em oposição, ocorreu um crescimento da mão de obra dos estabelecimentos não familiares com a criação de 702 mil novos postos de trabalho (IBGE, 2017). Isto se deve por inúmeros fatores, mas um deles é a busca de outros postos de trabalho fora de seu estabelecimento, quando estes agricultores familiares não conseguem atender aos critérios estabelecidos na lei da agricultura familiar, reduzindo a possibilidade de se inserir e acessar políticas públicas voltadas para o setor.

No Rio Grande do Sul, 294 mil estabelecimentos foram classificados como sendo da agricultura familiar, ou seja, 80,5% dos estabelecimentos e representam apenas 25,3% da área total dos estabelecimentos familiares, o que pode ser considerado área relativamente pequena, se comparado com o mesmo número de estabelecimentos familiares. Em relação ao uso da terra no Estado, 41% são

destinadas às lavouras e 32% são para pastagens. O restante da área serve para outras finalidades. (IBGE, 2017)

Entre os trabalhadores familiares, 28,45% têm entre 55 e 65 anos, 23,87% com idades entre 34 e 45 anos, 6,43% têm entre 25 e 35 anos e a população mais jovem, com menos de 25 anos, somente 1,24% dos trabalhadores familiares. Entre os municípios com elevada área destinada à agricultura familiar, encontra-se o Sul do estado, Pelotas, com 93,7% dos estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar. (IBGE, 2017)

De acordo Sauer e Leite (2012), os investimentos destinados à produção de grãos para exportação cada vez mais cresce no país, e isso resulta no aumento no valor da terra, no esvaziamento do campo, e os produtos se concentram principalmente em poucas variedades, como a soja, o milho, e a cana-de-açúcar.

Entre as commodities que mais têm se destacado no país, a soja foi a que demonstrou maior crescimento e incentivo nos últimos anos, aumentando a área de cultivo de 14 para 34 milhões de hectares entre 2000 e 2017. (IBGE, 2018)

Desde os anos 2000, houve o processo de intensificação e ampliação das commodities agrícolas, em várias regiões, especialmente no Centro-Oeste e Sul do país. Abordaremos nesse subcapítulo a situação do Rio Grande do Sul em especial, sendo um dos propulsores. E sobre essa intensificação, foi possível verificar inúmeras situações de desigualdade social, transformações na forma de alimentação (o que é global) mas que vem gerando impacto da diminuição de produtos alimentícios a serem produzidos.

Um estudo de Campos (2009) evidencia as *commodities*, e de maneira mais ampla, o agronegócio, e como de fato não contribuem para a diminuição de desigualdades, mas sim aumentam. A pesquisa deste autor retrata um estudo de caso realizado no município de Cruz Alta (RS), onde evidência como o aumento do agronegócio gerou desigualdade social, pois, com o aumento de renda para o agronegócio, é suscitada a exclusão de territórios, o aumento da pobreza e principalmente se tratando do gênero feminino.

É possível verificar na tabela 1 os principais cultivos produzidos no Rio Grande do Sul, salientando que a tendência da soja tem realmente sido de aumento da área plantada.

Tabela 1 - Área ocupada pelos principais cultivos no RS de 2017 a 2020 comparativos

Cultivo	2017	2020
<i>Soja (em grão)</i>	5.541.860	5.996.971
<i>Feijão (em grão)</i>	68.262	60.297
<i>Milho (em grão)</i>	831.221	751.573
<i>Batata Inglesa</i>	19.325	17.686
<i>Batata Doce</i>	12.975	11.296
<i>Mandioca</i>	60.001	47.864
<i>Cebola</i>	7.899	6.423
<i>Arroz (em casca)</i>	1.104.732	951.397
<i>Fumo (em folha)</i>	189.369	166.740

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE - Pesquisa Agrícola 2017 e 2020

Se analisarmos os cultivos trazidos na tabela na comparação entre 2017 e 2020, podemos observar a diminuição das culturas alimentares em área plantada, ao passo que a soja é relacionada como o cultivo em área com maior crescimento nos últimos anos.

Como descreve Oderich e colaboradores (2019) há inúmeras demonstrações na expansão do agronegócio no RS que colaboram para a redução de produtos alimentícios, podendo estes um dia se tornarem até mesmo escassos e provavelmente aumentando o nível de insegurança alimentar:

A diminuição da área de feijão, mandioca e milho torna o estado cada vez mais suscetível à instabilidade dos preços dos mercados de alimentos. A escassez do milho no estado já provocou diversas crises na produção de carnes, o que impactou diretamente no aumento do preço do produto, assim como em grandes perdas na cadeia. No período mais recente, dois episódios se destacam. Primeiro, a escassez do milho no mercado internacional provocando sérios problemas na agroindústria gaúcha em 2016, inclusive o fechamento de unidades produtivas; e, em 2018, o episódio da greve dos caminhoneiros. Assim, parece plausível associar o desenrolar do “ciclo do agronegócio” no Rio Grande do Sul e seus efeitos de redução dos cultivos alimentícios a um provável aumento da insegurança alimentar no estado. (ODERICH *et. al.* 2019, p.15)

Essa redução é vista com grande preocupação, pois acabamos não vislumbrando questões culturais, sociais e ambientais, que são consequência do escamoteamento do Estado na qual dão prioridade as produções voltadas as exportações, o agronegócio, e quando se mostram relacionadas a estrutura de consumo e produção local, estão intimamente ligadas com a nossa segurança alimentar, por isso a importância de entender e investir em políticas locais voltadas a agricultura familiar.

Conforme discorrem Veiga (1999) e Abramovay (2003), a agricultura familiar objetiva a produção e destinação do abastecimento do mercado interno, possuindo a

capacidade de adquirir trocas e novas experiências, além de obter inovações a partir da interação com instituições locais que promovam a geração e ampliação de renda dos produtos alimentícios produzidos em campo.

E é na agricultura familiar que se verifica a importância sociocultural, mantenedora da renda familiar e das culturas alimentares locais e regionais, principalmente quando se trata de agroecologia e a preservação de sementes (sobre agroecologia, veremos tal importância nos próximos capítulos).

Ao observar a dicotomia entre a agricultura familiar, o agronegócio e outras formas alternativas como a agroecologia, no Estado do Rio Grande do Sul, Mantelli; Dutra e Konzgen (2019) p. 502, destacam a diversidade da categoria e quando direcionada a produção ecológica promove a soberania alimentar,

Em contraponto ao modelo de agronegócio, as famílias de agricultores envolvidas com a produção de orgânicos e agroecológicos exibem elevado grau de diversificação. Alguns desses agricultores produzem também sementes crioulas de uma variada gama de produtos (milho, feijão, batata, arroz, ervilha, abóbora, melão, porongo, entre outros) e são participantes de feiras e eventos em nível estadual para expor os resultados da produção. (MANTELLI; DUTRA e KONZGEN, 2019, p.502)

Neste sentido, nos capítulos posteriores observaremos outros formatos de agricultura que repensam a agricultura sob forma sustentável e socialmente justa, entenderemos a magnitude do movimento agroecológico, e como a execução de políticas públicas voltadas a SAN merecem maior destaque na agenda pública, ainda será destacado a agricultura familiar local e o desenvolvimento rural sustentável, pois é nelas que se fortalecem vínculos com a terra através da familiaridade, resgatando e valorizando a produção de culturas alimentares regionais. Também considera a conexão de pessoas através de espaços de sociabilidade como nas feiras agroecológicas, cuja temática será tratada nos próximos capítulos.

3.2 Alimentação Adequada: um direito de toda população, a importância de ações voltadas a SAN

O conceito de soberania alimentar foi inicialmente postulado em 1996 pela Via Campesina e pode ser enunciado à Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) como “o direito dos povos a alimentos nutritivos e

culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e o direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo”. (FAO,1996)

Soberania Alimentar é o direito dos povos de decidir o seu próprio sistema alimentar, de produzir os seus alimentos de forma saudável, adequado nutricionalmente e culturalmente, sendo acessíveis a população e de forma sustentável e ecológica, colocando aqueles que produzem, distribuem e consomem os alimentos no centro do sistema e das políticas públicas alimentares acima das exigências do mercado, com maior autonomia sobre as políticas e a alimentação.

Em 2014, o Brasil saía do Mapa da Fome da ONU, mapa que reúne países com pelo menos 5% da população que convivem com a fome, conforme dados do Ministério da Cidadania (2014). No entanto, a pesquisa feita pelo IBGE entre 2017 e 2018 já apontava para uma piora considerável no quadro da insegurança alimentar dos brasileiros. Dentro deste quadro, pelo menos 10,3 milhões deles sofrem com insegurança alimentar grave, ou seja, pessoas que passam fome.

É importante perceber, as ações que propõem a Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, na qual foram reforçadas dentro do Programa Fome Zero – PFZ, guiadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, refletir sobre essas ações, nos faz perceber a importância de políticas sociais que precisam novamente ser contempladas e estruturadas por estratégias efetivas de combate à fome e insegurança alimentar. E para compreender melhor o que significa segurança alimentar, José Graziano da Silva (2004) explica que há pelo menos quatro dimensões envolvidas nesse processo. A primeira, corresponde a dimensão da quantidade de calorias e alimentos ingeridos. A segunda, é a dimensão da qualidade dos alimentos consumidos. A terceira, corresponde a dimensão da regularidade, o ato de comer regularmente, pelo menos três vezes ao dia, todos os dias. A quarta, é a dimensão de dignidade.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN está prevista na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)⁵ e foi instituída pelo

⁵ **Decreto 7.272/2010:** Como diretrizes gerais : acesso universal a Alimentação Adequada; A promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos; Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária; Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde; Promoção do acesso universal

Decreto 7.272, de 2010. Ela tem como objetivo geral “promover a segurança alimentar e nutricional, (...) bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional”. (MDS,2013)

Compreender as dimensões da segurança alimentar, traz a realidade do sentido amplo da fome em si, essa problemática evidência inclusive que a fome não é necessariamente a falta de comida, mas pode ser em conjunto com outros fatores inclusos nesse pacote, principalmente se tratando da ausência de nutrientes básicos que não fazem parte da dieta de parcela significativa da população. Compreender esses fenômenos sociais é de suma importância para estruturação de mercados, distribuição de renda, e para os canais alternativos de alimentação.

Para Abramovay (2011) fome e apetite têm significados distintos, uma pessoa pode dizer que sente “fome” quando passa um certo tempo - curto geralmente - sem comer, mas na realidade, está com vontade de saciar seu apetite. A fome é sentida por aqueles que passam longos períodos sem comer, (longas horas, dias) pessoas que não sabem quando poderão saciar sua fome, ou a popular, “vontade de comer” pois não usufruem de questões dignas que fazem ter tais alimentos na qualidade e quantidade necessárias para a nutrição humana.

Em 2003, sendo prioridade no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando este tomou posse. Os principais fatores que contribuíram para os resultados positivos foram: a redução das desigualdades, o aumento da oferta de alimentos; o aumento da renda dos mais pobres com o crescimento real do salário mínimo e geração de empregos; o Programa Bolsa Família; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a alocação de 30% das despesas com compra direta de alimentos da agricultura familiar, a partir de 2009; O Programa de Aquisição de Alimentos, como parte do Programa Fome Zero (2003); Governança, transparência e participação da sociedade, com a recriação, em 2003, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); entre outras medidas importantes.(SCHAPPO,2020, p.4)

De 2016 para 2022 é perceptível a desestruturação de políticas sociais, principalmente voltadas a SAN, que tem contribuído para cenários catastróficos relacionados ao desemprego e a fome no país. Em 2016 Michel Temer assume

à água de qualidade e em quantidade suficiente; Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional; Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

interinamente fragilizando políticas sociais, reproduzindo inúmeros retrocessos, e um deles se constata na extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA⁶.

Além do corte de 11% do Programa Bolsa Família, redução de 99,8% dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para Compra com Doação Simultânea, paralisação da reforma agrária, a flexibilização dos direitos territoriais dos povos indígenas, comunidades quilombolas e outros povos, das normas ambientais, liberação de agrotóxicos e transgênicos, a redução dos recursos para os programas de convivência com o semiárido em período de seca. (Boletim 14 – Observatório das Desigualdades. 2022, p.15)

As políticas e ações voltadas as dinâmicas da SAN, perpassam por situações diárias sofridas pela população, relacionadas ao emprego, acesso e viabilização de outras fontes de mercado como: o PAA para o agricultor familiar ter uma fonte de renda por exemplo, vemos então o caráter de ação transversal que possui a SAN, portanto acaba afetando políticas como o PAA, PNAE, Bolsa Família, entre tantas outras ações que foram construídas pensando no aspecto de combater a insegurança alimentar, através da geração de renda ao agricultor familiar local/regional, com essas fragilidades sofridas nos mercados, gera-se uma população cada vez mais propensa a fome.

O poder público tem o dever de propor e garantir a alimentação adequada a população, desenvolvendo cada vez mais ações ligadas a SAN. No entanto, em 2019, o governo, tomou uma das suas primeiras medidas, extinguir o Consea⁷ nacional, por meio da medida provisória n° 870. Além disso, houve a exoneração de funcionários da Secretaria Nacional da SAN, deixando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN⁸, sem seus pilares estruturais.

Mais recentemente, os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede PENSSAN (2022), traz observações

⁶ A MP n° 726, de 12 de maio de 2016, expedida pelo Presidente em exercício Michel Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁷ **Nota Explicativa:** O Consea nacional é um espaço importante e tem o papel fundamental de articulação entre os representantes de diversos segmentos sociais, elaborando a monitoria sobre a promoção da alimentação adequada, atua também diretamente no assessoramento ao Presidente da República ao controle social. Somente o consea de articulação nacional foi extinto, as articulações estaduais, e regionais seguem até o atual momento.

⁸ **Nota explicativa:** A Sesan — é a base do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — surgiu dentro da pasta do MDA e depois foi incorporada ao Ministério do Desenvolvimento Social - MDS na gestão de Michel Temer, mas terminou extinta pela Medida Provisória 870, assinada em 2019. O MDS tinha funções ligadas ao combate a fome, atualmente não há mais um Ministério para combater especificamente isso, mas sim uma Secretaria (do MDS) em uma pasta vinculado ao Ministério da Cidadania.

alarmantes, os dados mostram que 125,2 milhões de pessoas no país se encontram em insegurança alimentar, sendo que destes, mais de 33 milhões de brasileiros se encontram em insegurança alimentar grave, é a fome no Brasil retomando ao patamar dos anos 90. Apesar do país ser atualmente um dos maiores produtores de alimentos, não fomos capazes de concretizar políticas que direcionem uma estratégia social para evitarmos a volta de níveis tão alarmantes como esse.

Em relação as estratégias sociais prejudicadas, vemos também que desde 2016, quando houve o processo de privatização da Petrobras, estabeleceu-se primordialmente outras discussões distantes das sociais, mas ao mesmo tempo perto, pois afeta diretamente a população, a partir da venda de refinarias nacionais e com uma política fixa de preços do produto - o petróleo -, o chamado Preço de Paridade de Importação – PPI, tem por base o cálculo de produtos (gás, diesel, gasolina) em dólar, mesmo sendo produzidos aqui no país. Por não serem calculados em real, reflete em diversos setores do mercado, e gera um impacto direto nas famílias de baixa renda, pois torna o poder de consumo cada vez menor. Conforme Passos, Bruno Vicente dos (2022) a União passa a ter o controle somente parcial, afetando pesquisas e o refinamento de óleo realizado no país, e com isso o país começa a exportar o óleo bruto e importar mais os derivados do óleo refinado, tornando-se refém do mercado internacional, o que vem acarretando no aumento do preço dos combustíveis e consequentemente em produtos alimentícios e outros setores no Brasil, no entanto, a circulação de diversos setores dependem do transporte, e os efeitos dessa privatização refletiram na instabilidade de preços e no aumento do preço de diversas mercadorias.

A renda afeta diretamente as condições de acesso e de qualidade de alimentação da população. Com famílias mais ricas gastam em média 627% a mais em alimentos do que famílias mais pobres e tem renda 32,5 vezes maior – deixando ainda no orçamento muito espaço para compra de alimentos mais sofisticados -, essas famílias se configuram como um dos públicos de maior interesse da indústria de alimentos. (BELIK, 2020, p.6)

Segundos os dados do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em situação de Rua/POLOS - UFMG, até maio de 2022, 47 milhões de brasileiros viviam com apenas R\$ 89 reais por mês, 9 milhões de pessoas com R\$ 178 por mês, e até 19 milhões de pessoas sobrevivem com $\frac{1}{2}$ salário-mínimo por mês.

O acesso ao alimento de qualidade depende de fatores externos, muitas vezes fora da alçada de um cidadão comum, atualmente, o salário-mínimo do trabalhador

brasileiro é de R\$ 1.212,00, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE considera que o salário-mínimo necessário para cada família, deveria ser em torno de 6.535,40, analisando a cesta básica que tem sido alavancada pelo fator da inflação de alimentos que são essenciais na mesa da população. (DIEESE, maio/2022)

A inflação de alimentos atinge profundamente a população mais pobre, conforme divulgado pelo (IBGE, 2022) pela análise do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apesar da inflação ter desacelerado no mês de maio, ainda acumula alta de 11,73% em 12 meses. Considerando produtos e alimentos da cesta básica, a alta foi ainda maior, subindo até 67% em 12 meses.

Com a inflação, alguns processados e/ou ultra processados por serem formulações industriais mais baratos que “comida de verdade” (como o arroz e feijão, que estão sofrendo constantes flutuações por conta da inflação), é um meio barato de “enganar” a fome, ou o apetite, se tornando uma estratégia de sobrevivência para muitos.

A grande maioria dos ultraprocessados acaba sendo consumida ao longo do dia, substituindo o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados. A comida de verdade tem sido trocada por uma mercadoria que parece alimento, mas que, além de não nutrir o corpo, gera impactos sociais e ambientais em sua cadeia produtiva. Os produtos ultra processados têm baixa qualidade nutricional e quantidade excessiva de açúcares e gorduras — muitas vezes ocultados pela publicidade da indústria de alimentos. Sua composição nutricional favorece o desenvolvimento de doenças do coração, diabetes e vários tipos de câncer e contribui para aumentar o risco de deficiências nutricionais. Além disso, ainda não são conhecidos os efeitos de longo prazo sobre a saúde e o efeito cumulativo da exposição a vários aditivos empregados nesses produtos. (BELIK, 2020, p.18)

Os fabricantes de ultra processados tem mais condições de manter o preço na inflação, pois nossa política agrícola nacional privilegia commodities em larga escala, e esses produtos são basicamente uma mistura de commodities baratas que, como relata (Nestle, 2019) além de utilizar esses itens e seus derivados como matéria-prima, mistura com outros aditivos, espessantes, corantes, aromatizantes, muitas vezes utilizando marketing de produtos saudáveis, e assim a indústria manipula os hábitos alimentares de cada país.

Essa simbolização, presente no atual capitalismo traz uma nova característica para esse novo ciclo que vivenciamos de insegurança alimentar no país, pois são produtos para “alimentar”, rápido, barato e prático, portanto, não há a necessidade do

consumidor ir a cozinha fazer o preparo de sua comida, geralmente comprando essa ideia de agilidade pelo tempo que polpara indo a cozinha em meio a rotina acelerada do dia a dia, trazendo efeitos futuros sobre essa má alimentação.

A “Sindemia” sugerido por Singer (1994), é uma ótica ampliada que também relaciona e demonstra a propensão a doenças pandêmicas em meio a população vulnerável, por meio de questões ambientais, econômicas e culturais, e com isso, acabam também agravando-se os problemas sociais, mas o que vem sendo observado é a relação de sistemas agroalimentares prejudiciais, e a forma de atuação e de organização do agronegócio e das grandes multinacionais nos territórios.

A falta de auxílios e incentivos do governo em meio a pandemia, acabou acarretando ainda uma série de outros problemas, sendo importante salientar o quanto este quadro também é um fator, mesmo não sendo o único, pois antes da pandemia já haviam se criado posturas que deixaram sequelas profundas sobre o fenômeno da insegurança alimentar, mostrando assim, a urgência por uma maior abrangência da discussão dos elementos que envolvem a seguridade para a alimentação adequada da população:

A insegurança alimentar atualmente é compreendida como um fenômeno duplo de má nutrição, provocada tanto pela falta como pelo excesso de nutrientes inadequados e as doenças crônicas não transmissíveis associadas à alimentação se tornaram a principal causa de morte a nível internacional. Neste contexto, a produção de alimentos *in natura* ganha ainda maior relevância como fonte de saúde e alimentação adequada. (PREISS *et. al.*, 2021, p.4).

É preciso ordenar estruturalmente políticas que sustentem e construam objetivos para enfrentar uma gama de temáticas relacionadas a insegurança alimentar, (não esquecendo que insegurança alimentar também trata de alimentar-se de forma inadequada, podendo também estar relacionado com obesidade, fome, desnutrição e desemprego).

Segundo Potira Preiss e colaboradores (2021) ações de combate à fome e a insegurança alimentar são construídas a partir da agricultura familiar, buscando estratégias em espaços de comercialização direta, a caracterização e a distribuição espacial de fácil acesso a canais diretos como em feiras, passa a ser de suma importância. Destacando ainda, que funcionamento de feiras se mostraram primordiais mesmo na pandemia, construindo o fluxo de alimentos *in natura* e contribuindo com a SAN da população local.

Os instrumentos necessários para tratar desse dilema começam localmente e são necessárias políticas de segurança alimentar garantida aos municípios, e promovida pelos mesmos, através de estruturas e organizações locais, propondo assim a ideia de direito à alimentação adequada à toda população brasileira. O combate as questões ligadas a fome e a desigualdade social se constroem por meio de políticas públicas que aumentem a produção de alimentos locais e regionais buscando também fortalecer a agricultura familiar através da geração de empregos e renda.

4 UM BREVE OLHAR SOBRE A AGROECOLOGIA

O conceito de Agroecologia surge através do conjunto de práticas utilizadas e pelo conhecimento científico, que surgiu através das ciências agrônômicas e ecológicas e atualmente se expande para várias áreas, compreendendo um caráter transdisciplinar sobre buscar uma forma de agricultura sustentável. Os processos para a transição ecológica também são compreendidos na contribuição para o desenvolvimento rural sustentável.

A agroecologia, pode ser representada por seis dimensões de um sistema sustentável, segundo Costabeber (2004), que destaca como: ecológica, social, econômica, cultural, ética e política. Seguindo os princípios e práticas da agroecologia, verifica-se o envolvimento e o cuidado com o meio ambiente na dimensão ecológica, há a relação cautelosa com a produção alimentar por processos que visem a retirada gradual de insumos externos, sendo que este, pode revelar também a dimensão econômica. Destaca-se, uma das principais dimensões dentro da agroecologia, a dimensão social, que a diferencia das demais modalidades de agriculturas atualmente, por se tratar de sistemas de produção familiar que passa a produzir renda e desenvolver sua autonomia mutuamente, ainda há a socialização direta produtor-consumidor.

A dimensão cultural, é a dimensão de saberes transcendentais envolvidos e repassados, indo muito além de subjetividades, das trocas de sementes até mesmo o local da feira livre em si, que já é um multiuniverso cultural de trocas de experiências entre rural e urbano.

Na dimensão econômica, comercializam-se os produtos advindos da agricultura familiar, representando a economia regional e local. Com características da produção de base agroecológica, as dimensões da ética e política devem se aplicar nas formas de princípios éticos da solidariedade. Dessa forma pela produção familiar e comercialização buscam construir novas paisagens e princípios lógicos locais (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

Existem diversas formas sustentáveis de agriculturas no mundo, e em muitos aspectos se parecem. As correntes alternativas que começam a emergir têm suas especificidades:

Segundo Miyasaka (1993) a Agricultura Natural, teria como fundador o mestre Mokidi Okada que ao fundar a Igreja Messiânica no Japão, pregava a purificação da

alma e do corpo pelo alimento, considerando a natureza perfeita. A agricultura se daria naturalmente, tendo também um lado místico desse processo natural. E assim, surgiram as bases da agricultura natural onde o agricultor deve interferir o mínimo possível na área evitando manusear, aplicar inseticidas e fertilizantes, respeitando a dinâmica natural.

Já a Agricultura Biodinâmica, que foi proposta em 1924 por Rudolf Steiner (1976) é uma abordagem integrada, uma das mais antigas, que propõe que dentro de uma mesma propriedade rural compreenda vários sistemas sustentáveis de produção, a combinação de vários desses sistemas com práticas de saberes, acompanhamentos empíricos, preparos homeopáticos, e acompanhamento do calendário lunar por exemplo, geralmente estando acompanhado do selo de certificação orgânica.

Segundo Abreu e colaboradores (2012) a agricultura orgânica é definida a partir de um sistema de produção de alimentos que evitem o uso de fertilizantes, agrotóxicos, transgênicos, aceitando somente o adubo químico no período de conversão, e ainda com a realização da certificação de produto orgânico, essas práticas se assemelham muito com as de base ecológica/agroecológica pois buscam o melhoramento das práticas no agro ecossistema.

Cabe destacar, que em alguma medida a agricultura orgânica, tem se tornado empresarial, com lógica cada vez mais atuante nos canais longos de comercialização devido a certificação e o acesso aos mercados que não reproduz a dimensão social local, e acaba excluindo a produção familiar devido à dificuldade de conseguir a certificação orgânica.

Esse processo de mudança, para um novo sistema mais sustentável é difícil de ser incorporado abruptamente, por isso, na produção de base ecológica propõe-se processos de transição agroecológica aos agricultores que pretendem consolidar sua produção.

A conversão do manejo convencional de alto uso de insumos para um manejo de baixo uso de insumos externo é um processo de transição com quatro fases distintas, consistindo de retirada progressiva de produtos químicos; racionalização e melhoramento da eficiência no uso de agroquímicos por meio do manejo integrado de pragas (MIP) e manejo integrado de nutrientes; substituição de insumos, utilizando tecnologias alternativas e de baixo consumo de energia; replanejamento do sistema agrícola diversificado visando incluir uma ótima integração plantação/animal.(ALTIERI, 1998, p.76).

As críticas levantadas em relação à Agricultura Orgânica pela conversão, são pelas dificuldades relacionadas ao processo, em que são consideradas as formas de produção, associada a maior demanda de mão de obra e necessidade de melhores estruturas organizacionais para introdução dos produtos nos mercados.

Primavesi (1997) classifica a agricultura orgânica como “agricultura de produtos”, pelas semelhanças com a agricultura convencional caracterizada pela falta de diversidade e sistemas simplificados em suas produções. E ainda, pela lógica empresarial na qual o sistema patronal busca descaracterizar pelo selo orgânico, bem como através do marketing para atrair somente um grupo de consumidores.

As correntes alternativas no geral têm sofrido críticas nos últimos tempos, pois, os atuais participantes dessas, tendem a incorporar a lógica capitalista das grandes corporações transnacionais, e a autonomia do agricultor familiar é perdida, pois dependem geralmente da intervenção na produção e/ou comercialização dos produtos. Além disso, na aquisição desses sistemas alternativos, sem uso de agrotóxicos, não é levado em consideração o restante da cadeia produtiva, podendo ser baseado em sistemas produtivos com baixa renda ao trabalhador, baseado em monoculturas, ou seja, não visam a longo prazo o cuidado do solo. Para Caporal e Costabeber (2004, pág.08) é uma “vã tentativa de recauchutagem do modelo da Revolução Verde, sem qualquer propósito ou intenção de alterar fundamentalmente as frágeis bases que até agora lhe deram sustentação”.

A agroecologia, diferentemente de outras correntes alternativas, corresponde a perspectiva total da produção e consumo, considera a melhor maneira de produzir em menor área, considerando que há geralmente o policultivo nesses espaços, por isso observa-se que essa lógica se encaixa na agricultura familiar, intensificando o trabalho conforme necessário e incorporando a sua própria renda, as produções que podem ser geradas a partir do agroecossistema local, com orientações técnicas e culturais.

Sob o ponto de vista do balanço energético despendido observa-se que na agricultura alternativa, há técnicas de produção que gerem menor valor energético e menor impacto ambiental e econômico. Já, na agricultura convencional, o que se observa é a tendência do aumento e dependência da agricultura industrializada, para gerar um ganho não tão expressivo com o passar do tempo “O manejo convencional, baseado nos insumos químicos e nas técnicas agrícolas industriais tende ao declínio da produção no decorrer do tempo.” (MOURA, 2019, p.103)

É possível discutir a prática da agricultura alternativa e agroecológica no Brasil, antes mesmo do sistema de modernização ser implantado no país, em 1970 o movimento agroecológico teve um enorme crescimento fazendo frente as mudanças bruscas que vinham ocorrendo no campo.

Contudo, os fundamentos práticos para uma agricultura ecológica já existiam anteriormente ao período da modernização. Imigrantes europeus introduziram sistemas de produção baseados na gestão de recursos naturais oriundos da primeira revolução agrícola, sendo marginalizados pela política da modernização. Pode-se dizer que os nativos, descendentes de índios, dominavam um saber que tinha por base as leis da natureza e que embora não fosse competitivo com os sistemas modernos, tinha uma relação direta com os ecossistemas naturais (BRANDENBURG, 2002, p. 12).

O movimento agroecológico no Brasil, começou constituir-se de forma mais definitiva nos anos 80, com uma ampla rede de atores sociais da agricultura familiar, em resposta a forma como estava se delineando o espaço rural diante dos impactos gerados pela modernização no campo, com introdução de insumos, agrotóxicos e sementes modificadas. A partir disso, começaram as articulações em torno de políticas que se delineavam sob a reabertura democrática e a constituição do protagonismo para ação da sociedade civil. Com isso, abriu-se espaço para as discussões sobre a agricultura alternativa com a realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa – EBAA, para discussões mais aprofundadas sobre os impactos de degradação ambiental e sociais causados pela Revolução Verde, e a partir desses encontros, começam a surgir outros eventos e encontros regionais (KAMIYAMA, 2011).

Com a Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, ganha-se maior abrangência quanto a materialização sobre o conceito de Agroecologia, devido aos argumentos levantados em questão sobre a preocupação com a crise climática e ambiental, além de social relacionando a agricultura convencional e os países desenvolvidos como sendo os principais causadores da degradação ambiental, buscando discutir estratégias para economia que possam atenuar este cenário (KAMIYAMA, 2011).

A agroecologia, começa a ser mais debatida e materializada no país como uma via real, observadas as formas de implementação no manejo correto do solo e dos recursos naturais, de acordo com Wezel e colaboradores (2009), em 1998 alternativas em rede agroecológicas como a Rede Ecovida, criada primeiramente em três estados

no Sul do Brasil, fomentam novas formas de certificação e reconhecimento aos agricultores de mercados locais, abordando a importância agroecológica.

A consciência sobre uma nova forma na alternativa de produção e consumo despertaram o interesse sobre melhores fundamentações científicas propostas para as questões ambientais e sociais.

Basta ver o elevado número de publicações e de cursos sobre Agroecologia que vimos surgir, particularmente, a partir do início dos anos 90. Neste sentido, vale a pena recordar que o Brasil é, provavelmente, o país com maior número de cursos de Agroecologia ou com enfoque agroecológico em funcionamento na atualidade, tanto de nível médio, como de nível superior (CAPORAL, 2009, p. 6).

Os novos movimentos sociais surgem com uma capacidade organizativa, rompendo com dinâmicas tradicionais muito configuradas no âmbito de conceitualizações, fazendo emergir muitas identidades na política, com novas frentes de luta. Essas novas frentes de luta possuem a possibilidade de mudança na política brasileira, permeada pela diversidade podendo implantar novas formas de representação e ação políticas pautada nas relações sociais diversas que está inserido.

Segundo Moura (2019) a agroecologia é também uma forma de luta por emancipação para o agricultor familiar. Sendo essa uma forma de libertação e autonomia, ou busca por ela, visando o desprendimento das armadilhas impostas pelo mercado como por exemplo a dependência do uso de insumos externos.

Como conjunturas de políticas atuais, podem ser observadas políticas como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Pnapo, criado em 2012, pelo decreto nº 7.794, primeiro decreto instituindo a importância da Agroecologia a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável. A Articulação Nacional da Agroecologia – ANA, surgiu em 2002 como um dos marcos para o estabelecimento de estratégias tratadas a nível nacional, agindo em redes, com organizações da sociedade civil, reunindo grupos dos mais diversos para promoção das trocas de experiências e conseqüentemente a promoção da agroecologia.

O Brasil lidera o ranking de maior consumidor de agrotóxicos, cultivador de grandes extensões de terras com produção transgênica, e ainda é um dos maiores exportadores de matéria prima com as commodities agrícolas. Segundo Larissa Bombardi (2019) “Entre 2012 e 2017, o consumo de agrotóxicos no Brasil cresceu cerca de 25% com taxas médias anuais de 23 mil toneladas”

No período de 2007 a 2014, 343 bebês de 0 a 12 meses tiveram intoxicações por agrotóxico de uso agrícola notificadas (uma média de 43 bebês anualmente). E, entre 2015 e 2017, esse quadro se agravou muito: esta média foi de 53 bebês anualmente. Ressalta-se que, em geral, os dados por intoxicação por agrotóxicos dizem respeito a quadros agudos, ou seja, a doenças crônicas derivadas de exposição a estas substâncias tais como câncer, malformação fetal e desregulação endócrina que sequer estão contabilizadas. A existência de bebês intoxicados revela simultaneamente: um atentado à infância e um nível inaceitável de exposição da população (sobretudo rural) a estas substâncias, posto que os bebês não se locomovem sozinhos (BOMBARDI, 2019, p.106).

É implantado em grandes latifúndios monocultores, aeronaves agrícolas, com intuito de espalhar as sementes transgênicas e até mesmo para pulverização de agrotóxicos, o que ocorre na aplicação é a dispersão de agrotóxicos na propriedade e outros locais mais distantes, contaminando rios, outras propriedades, pessoas e acometendo inúmeros riscos à saúde humana e ambiental. (FRIEDERICH *et al.*, 2018).

De acordo com Georges Flexor e Sérgio Leite (2017), nos anos 2000, houve um boom da inclusão de *commodities* agrícolas no Brasil, e nesse mesmo ritmo se inseriram outras dinâmicas financeiras que afetaram os mercados locais e a concentração de terras no país, considerando que houve a aplicação de capitais que incentivam essa longa cadeia produtiva, investindo principalmente na soja, que se estabelecem por incentivo de empresas estrangeiras como a Bunge, Cargill e Dreyfus, juntamente com empresas brasileiras de grande porte, como Amaggi, Coamo, ou Caramuru.

Segundo o dossiê da Abrasco (2015) atualmente, com a compra de empresas nacionais por transnacionais e a crescente absorção da indústria de sementes e animais geneticamente modificados, revela-se a crescente venda de insumos que se concentram em oligopólios de empresas com capital estrangeiro, sendo elas: a Bayer, Basf, Dow e DuPont, Syngenta, Monsanto.

Essa dinâmica é muito semelhante no caso dos recursos de investimento direcionados para a compra de máquinas agrícolas, sobre o contexto no qual a CNH (com as marcas Case e New Holland), a AGCO (com as marcas AGCO Allis, Valtra e Massey Ferguson) e a John Deere dominam 100% do mercado nacional de colheitadeiras e 96% do segmento de tratores (ANFAVEA, 2016).

Percebe-se o empenho das multinacionais e transnacionais em aderir a expansão e a transformação da paisagem no campo, o que acaba promovendo a

mudança cultural como um todo, descaracterizando as práticas locais, promovendo ainda o desconhecimento sobre o que se produz e o que se consome.

Podemos analisar o papel importante da Agroecologia, e buscar meios de implementá-los mais efetivamente no país, com políticas voltadas para reduzir e substituir a atividade agressiva do agronegócio, introduzindo práticas que movimentem a economia através de modificações graduais e contínuas.

Altieri (1998) e Gliessman (2000) destacam que a transição agroecológica, é entendida como um processo perante o agroecossistema, primeiramente com a diminuição do uso de insumos, passa-se para alteração de insumos naturais, até gradualmente inserir-se dentro do agroecossistema local, para depois reorganizá-lo de acordo com as dinâmicas agroecológicas causando menor impacto possível nos recursos naturais existentes.

Para iniciar o processo de transição agroecológica, é necessário o acompanhamento de um técnico que forneça as informações importantes sobre essa lógica a ser introduzida juntamente com o agricultor. Para auxiliar nesse planejamento e monitoramento, é necessário o auxílio de um técnico do ATER habilitado para o processo de transição agroecológica, podendo este identificar e priorizar estratégias para as unidades familiares que encontram problemas na inserção desta transição.

No caso da agricultura orgânica por exemplo, o período de troca de um sistema convencional para um sistema orgânico, chama-se de conversão, e esse período é menor se comparado ao da transição agroecológica, um período curto. No caso da transição agroecológica não há um tempo determinado pois este é um processo e que estará constantemente sendo verificado e adaptado trabalhando com as alterações que vão ocorrendo nos agroecossistemas (COSTABEBER & CAPORAL, 2004).

A transição gera a busca de maior racionalização econômica produtiva na lavoura com base nas condições de cada ambiente, mas também uma mudança cultural dos agricultores, pelo conhecimento adquirido através das formas de manejo com o solo gerando menor impacto e utilizando as fontes do próprio estabelecimento como geradores de renda sobre formas mais sustentáveis sem dependência de insumos externos como a dependência de agrotóxicos para as “pragas” nas lavouras.

Segundo Ana Primavesi (1994) o uso simultâneo de modos de combate e prevenção de pragas por métodos não agressivos usados a partir do método mecânico como a coleta manual, armadilhas ou irrigação, entre outros métodos físico, químico, biológicos como praguicidas naturais como nicotina que amenizam a

agressão aos ecossistemas sem exterminá-los. Além disso, a autora relata a importância do equilíbrio do solo, através da diversificação da produção.

Com isso, observamos a relevância dessa ciência e prática atendendo a requisitos sociais, culturais, preservando recursos naturais e permitindo o desenvolvimento econômico, conseqüentemente valorizando e empoderando os atores que possuem maior autonomia através desse estilo de agricultura. Mas para mudar significativamente a questão agrária é necessário repensar as identidades inseridas na política nacional, regional e local, pois quanto maior for a representatividade desses grupos ocupando a política, maior perspectiva de mudança é possível alcançar.

Trata-se também de pensar a bancada ruralista como lugar por excelência da defesa da propriedade latifundista da terra – que une o conjunto das classes e grupos dominantes ligados à atividade rural, agroindustrial e ao agronegócio – ou ainda como um importante recurso de poder, de identificação coletiva e de coesão política que agrega parlamentares que não são proprietários de terra nem ligados ao agro, mas que se sentem identificados com a concepção de mundo da ideologia e do pensamento ruralista. A bancada ruralista é o aval dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais, afiançando habitus e reproduzindo relações de dominação – princípio unificador das práticas. (BRUNO, 2017, p. 156)

Diante do exposto, a agroecologia precisa de representação política que esteja compatível com a cultura local, e sobre isso, procuramos demonstrar no próximo capítulo a importância da soberania alimentar, da alimentação de qualidade e adequada. Enfatizar que alimentos como verduras e legumes são necessários para a nutrição humana de forma adequada e com qualidade, e ainda traz a reflexão sobre o direito a Segurança Alimentar Nutricional, trazendo a relevância de políticas públicas construídas para viabilizar o acesso destes alimentos a população no geral.

5 CANAIS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, A AGRICULTURA FAMILIAR E AS FEIRAS LIVRES

Desde o século XX, iniciaram-se novas formas de produção e consumo no mundo. As transformações ocorridas no meio rural a partir de 1940, com a Revolução Verde e com o objetivo de “modernização no rural”, consistia na introdução da mecanização nas atividades agrícolas, e a inserção de culturas muito homogêneas a partir de sementes geneticamente modificadas, fazendo-se também a utilização de insumos químicos.

A agricultura moderna foi crescendo e afastando produtores e consumidores por grandes processos, o que se denomina de cadeias longas, e esses procedimentos fazem com que os alimentos percorram longas distâncias para chegar até o consumidor, através das redes de supermercado por exemplo. Todo este percurso, além de descaracterizar os alimentos, desfiguram o processo de quem os produz, sendo que esta lógica capitalista dá suporte aos grandes proprietários de terras, a uma agricultura empresarial, aumentando cada vez mais a desigualdade econômica e social no meio rural.

O comércio massivo para a grande distribuição, aliado ao hábito de comer fora de casa num estilo de vida considerado “moderno”, criou um modelo de produção-distribuição-consumo concentrado em circuitos longos, afastando cada vez mais produtores de consumidores. (DAROLT,2013, p.140)

Conforme observado, esse processo de modernização que ocorre, ressalta também a mudança do sistema alimentar no nosso país, o que possibilita a presença de corporações e redes existentes na lógica dos grandes vendedores de alimentos, como já destacado, uma dessas formas são os supermercados.

Quando a cadeia é para a produção de alimentos, a chamamos de sistema agroalimentar. O sistema agroalimentar, entendido como produção, processamento distribuição e comercialização de alimentos vem enfrentando um processo de concentração e transnacionalização, calcado em grandes produções agrícolas altamente especializadas, na indústria alimentícia e no setor da grande distribuição de alimentos. (CONTRIGIANI, 2020, p.1)

As redes de supermercados aparecem cada vez mais com maior vantagem em relação aos mercados locais, pois se sustentam através de isenções, maiores tecnologias, estratégias geográficas e de marketing pela lógica de mercado global de serviços.

Schneider (2016) destaca três momentos distintos que trouxeram a abrangência dos mercados agroalimentares no Brasil, cujo marco foi a fundação das Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA's) na década de 70. As CEASA's são empresas estatais ou de capital misto, que propunham o abastecimento alimentar dos centros urbanos com hortifrutigranjeiros, a partir de uma dinâmica de organização em nível de atacado, garantindo maior oferta, e aperfeiçoamento em mecanismos de formação de preços, entre outros. O segundo momento é caracterizado pela impulsão que ocorre nas grandes redes de varejo na década de 80, a procura pela diversidade o ano todo, e o apelo de marketing "garantindo" alimentos de qualidade e preço acessível são fatores fundamentais para o aumento e expansão desse segmento. A terceira fase, inicia-se no início dos anos 2000 com consumidores e agricultores preocupados com a qualidade e segurança alimentar, (GOODMAN,2003) essa fase caracteriza-se como *qualityturn*, o retorno a uma alimentação de qualidade.

As grandes empresas que operam em escala mundial, distanciam o produtor do consumidor nas cadeias longas, mas ao mesmo tempo, permanências sobre formas mais tradicionais de comércio são observadas no nosso cotidiano, mesmo com toda a distância que o mundo globalizado nos proporciona.

Para além de uma ressignificação do papel do Estado e do planejamento urbano, a resposta à primeira questão envolve também o desenvolvimento de um público consumidor disposto a transformar suas práticas alimentares e a fomentar uma nova relação com a comida. Em certa medida, acreditamos que este processo já esteja em curso, pois nos anos recentes tem surgido uma grande variedade de dinâmicas de abastecimento e tendências alimentares em que a produção e o consumo de alimentos têm sido reelaborados. Há, em especial, um processo de relocalização alimentar em que a origem territorial e cultural dos alimentos passa a ser valorizada e novas relações de parceria são estabelecidas entre agricultores e consumidores. (PREISS; VASCONCELLOS; SCHNEIDER, 2018, p.47)

É possível notar a importância da agricultura local, onde a maioria da produção mundial de alimentos advém dos Chamados Canais Curtos de Comercialização (CCC), é também possível notar, que ocorre atualmente a revalorização de mercados locais, ocasionada pela resistência de uma parcela dos agricultores familiares que não concordam com esse distanciamento da produção, e resistem na comercialização local e regional, através da produção e comercialização próximas e descentralizadas, com suas práticas e saberes, ou até mesmo buscam se conectar a essas práticas. Este comportamento dos agricultores locais, tem como principal característica a diminuição dos intermediários sob produção e comercialização da agricultura familiar,

permitindo uma relação mais direta com quem produz, valorizando e atribuindo o valor diretamente ao produtor.

Os canais curtos de comercialização possuem diversos conceitos, mas podem ser entendidos como circuitos locais (MARECHAL, 2008), circuitos de proximidade (AUBRY & CHIFFOLEAU, 2009), mercados locais (PRANKE, 2016).

Para Marechal (2008) pesquisa sobre o que denomina de circuitos locais, comparando, muitas vezes, o caso francês com o brasileiro. O circuito local seria a rede de distribuição de alimentos próxima, que se caracteriza até no máximo um intermediário, com características individuais ou coletivas no sistema de vendas.

Nos estudos de Marechal, há maior observação sobre o caso da França, relatando o aumento de incentivos governamentais estabelecidos, como o da comissão de desenvolvimento agrícola da região administrativa *Pays de la Loire*, região no grande Oeste da França, regulamentam a aprovação sanitária (art.260 do Código Rural e decreto de 2002) que distinguem e identificam os agricultores que vendem em pequenas quantidades no mercado local. Para isso há critérios que são estabelecidos entre local de produção e o consumo, podendo haver uma distância máxima de 80 km, o que atribui ainda, a visão geográfica sobre o formato dessa cadeia.

Aubry e Chiffolleau (2009, p.55), retratam conceitos como circuitos de proximidade, analisando também a proximidade e o número de intermediários (e quem podem ser caracterizados como tal, a partir de seus métodos), “trata-se de métodos de comercialização de produtos (alimentos, neste caso) que **limitam o número de intermediários** entre o produtor e o consumidor **e/ou a distância geográfica** entre os dois.”

A tipologia dos canais curtos brasileiros que será demonstrada a seguir, é baseada nos estudos de Aubry e Chiffolleau em relação as diferentes formas de comercializar, seja individual ou coletiva proposto na França para categorizar as modalidades de venda, os autores relatam que formas de troca direta “tradicionais” seguem em curso, mas há constantes mudanças nessas tipologias, pois novas formas de comercializar vão surgindo com o passar do tempo, um exemplo é a venda pela internet, na qual destacam:

Persistem as formas tradicionais de curto-circuito, como produtores vendedores no mercado feiras (60% das fazendas em curto-circuito), venda de fazendas ou mais recentemente fazendas de colheita, esses curtos-

circuitos também assumem formas que não existiam há 10 anos; é o caso vendas pela Internet, mas também Amap, cuja primeira criação em Iha de França remonta a 2003, bem como outras formas de entrega. (AUBRY; CHIFFOLEAU, 2008, p. 59)

É necessário salientar que os CCC ocorrem em todo mundo, mas não de maneira igualitária, portanto, os estudos pensados para França são diferentes e possivelmente mais desenvolvidos que no Brasil, mas em alguns pontos é possível adaptá-lo e criar debates e leis importantes para o local e para o Brasil.

Outro termo que relaciona-se aos CCC, é o utilizado por Pranke (2016,2021) denominado geralmente como mercados sociais, e até mercados locais muito utilizado em seus trabalhos, pois entende que o mercado se dá para além de razões econômicas, mas também sobre as relações locais e sociais, sendo esse último um dos principais pilares para a formação desses mercados, entendendo este tipo de mercado então como um ambiente de construção social que se estabelecem diversas formas de trocas e interações com os sujeitos envolvidos na produção e consumo.

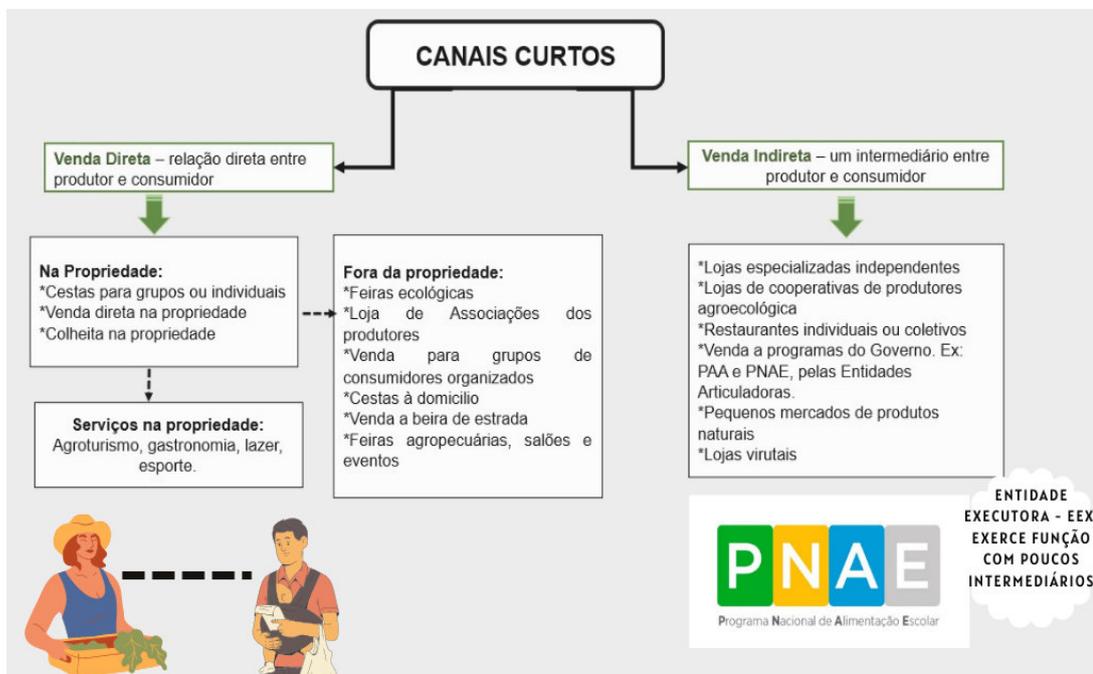
Outro autor que costuma relacionar mercados aos CCC é Marcelo Antônio Conterato (2008, 2011, 2017) que aborda o processo de mercantilização capitalista também vivenciada por agricultores familiares, demonstrando diversos estilos de agricultura possíveis em sua literatura, e que apesar desses movimentos ainda resistem sob mercados de sociabilidade, existem laços de reciprocidade por razões materiais e simbólicas desses mercados. O autor enfatiza a importância da inserção por parte de agricultores familiares aos mais diversos mercados, pois são estes que garantem através de múltiplos mecanismos, a reprodução socioeconômica e o desenvolvimento rural local:

Os mercados deixam de ser percebidos como estruturas rígidas e externas e passam a ser vistos como espaços sociais (redes, campos, arenas – a metáfora utilizada pode variar) resultantes das interações entre os agricultores e os demais atores do rural, inclusive não agricultores. Por sua vez, a mercantilização é o resultado de um amplo processo de negociação e disputa entre os atores (individuais e coletivos; locais e externos) que envolve o controle de recursos (materiais e simbólicos) e, desta forma, o domínio dos mercados. [...] Trata-se de uma temática norteadora dos esforços de análise das metamorfoses em curso no meio rural brasileiro, em que o fortalecimento e legitimação da agricultura familiar estão diretamente associados à ampliação das suas relações mercantis. Os agricultores familiares tornaram-se protagonistas na construção de novos circuitos de troca (circuitos curtos, venda direta, mercados institucionais e de qualidades específicas, entre outros), alternativos aos mercados convencionais, como é o caso dos mercados de commodities agrícolas. (CONTERATO *et. al.*, 2011, p. 69)

Após compreendermos as relações dos CCC com o mercado, é possível analisar as diversas formas de produzir e comercializar pelos CCC, que passam a existir e/ou coexistir dentro de espaços em que há relações menos longínquas. Nessa forma de mercado em que valoriza o ator local, os CCC, apresentam-se em duas modalidades de venda, sendo descritas primeiramente por Darolt (2013) como Venda Direta ou Venda Indireta, como podemos observar na Figura 3.

Entendida como Venda Direta, na qual é realizado o contato direto entre consumidor e agricultor esse tipo de venda pode ocorrer dentro de propriedades, feiras e lojas de associações, vendas para grupos de consumidores, feiras. A Venda Indireta é caracterizada quando há uma mediação de poucos intermediários na comercialização dos produtos, sendo realizada através de pequenos mercados, como a venda para programas de governo como PAA e PNAE, ou até mesmo lojas de cooperativas de produtores agroecológicos, na qual a cooperativa faz a mediação com poucos intermediários até o consumidor final.

Figura 3 - Fluxograma das modalidades de Venda nos Canais Curtos de Comercialização (CCC)



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Outros autores trazem uma perspectiva um pouco diferente sobre os tipos de CCC de comercialização, Renting, Marsden e Banks (2003) que observam também a relação da proximidade geográfica, com a construção social dos mercados locais e o

reconhecimento da identificação de gêneros alimentícios locais e regionais. Destacam os tipos de CCC da seguinte forma:

- ❖ As redes cara a cara (*face to face*): agricultor familiar interagindo diretamente com o consumidor na comercialização, uma relação de troca de saberes e confiabilidade. Exemplo: feiras, entregas a domicílio.
- ❖ Proximidade espacial (*Spatial proximity*): produzidos e comercializados com características locais e regionais, no território, podendo serem feitas por agroindústrias ou não, valoriza o saber fazer e a produção artesanal. Vendas locais, para restaurantes, comércios pequenos ou de bairro, vendas institucionais etc.
- ❖ Espacialmente estendidas (*Spatially extended*): produtores que tem suporte o suficiente para vender produtos locais e regionais, carregados de valores, em mercados nacionais e internacionais distantes da sua proximidade geográfica.

Renting, Marsden e Banks (2003) destacam que os circuitos curtos acontecem quando um produto chega às mãos do consumidor com elementos que lhe permitam saber sobre o lugar, o produtor e o sistema de produção, ou seja, onde o produto foi produzido, por quem e de que forma.

No entanto, na tipologia "*Spatially extended*" não está sendo considerado a quantidade de intermediários que envolvem o processo de comercialização e interação entre produtor e consumidor, para compreender os CCC é necessário a transformação das relações de poder e autonomia, analisando o trajeto do produto até o consumidor e toda construção social, ambiental e econômica envolvida nesse caminho percorrido, não se trata somente da proximidade geográfica, mas também da construção de uma filosofia local e regional pensada no contexto da agricultura familiar e consumidores.

Outra autora que destaca os tipos de canais, estabelecendo a relação com os mercados pensando nas formas de relação espacial e as trocas mercantis situando as formas de diferenciação entre os mercados, entendendo dimensões territoriais e os atores é Janaína Balk Brandão e colaboradores (2020) com os:

- *Mercados de proximidade*, são mercados formados no local, se restringem espacialmente a áreas próximas, com relações de confiança entre os envolvidos. Esse tipo de mercado se caracteriza por camponeses, pouco desenvolvido sob as relações mercantis pois visam para além da lógica do lucro, os produtores excedentes que participam também dessa modalidade, exemplos desse

tipo de mercado se dão em: beira de estrada, na propriedade, à domicílio, entrega direta, em feiras locais e grupos de consumo locais.

- *Mercados locais e territoriais*, são mercados com o alcance espacial local, regional e territorial, que compreendem os agricultores familiares e o produtor simples de mercadorias que visa a renda na produção simples. Observa-se nessa tipologia o aumento da mercantilização no processo, bem como das relações, salientando a identificação dos produtos de procedência regional e confiável, aliado ao preço.

Distintos significados e objetivos muitas vezes coexistem, embora com ênfases diferentes, dependendo dos atores envolvidos e de cada iniciativa. Portanto, as CCAAs (Cadeias Curtas de Abastecimento Alimentar) devem ser consideradas como um conjunto inseparável de questões econômicas, sociais e ambientais, de modo que, para produzirem-se considerações econômicas mais adequadas, é necessário levar em conta outros aspectos. (BELLETI; MARESCOTTI, 2017, p.130)

Um ponto importante dos CCC, segundo Chaffotte e Chiffolleau (2007), é gerar uma remuneração justa ao produtor, obtendo assim, a melhoria do salário em que é também notável a geração de empregos, estimulando a economia local. Além disso, é possível identificar a consciência sobre a natureza, porque é exigido menos embalagens plásticas, pois assim haverá menor impacto. Outro aspecto importante é a diminuição dos atravessadores no transporte dos produtos, permitindo ao produtor um preço mais justo.

Ao vender os seus produtos localmente, produtores esperam melhorar a renda e diminuir o poder dos intermediários, mantendo a sua autonomia para decidir sobre o que produzir, como produzir e para quem vender. (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013, p.157).

Além de possibilitar maior autonomia aos agricultores, fornece a relação direta com os consumidores criando o vínculo de confiança e reciprocidade que aos poucos vai sendo adquirida dentro dessa lógica, inclusive nas feiras agroecológicas, onde há esse contato mútuo entre todos os feirantes e seus clientes.

As lógicas econômicas também podem ser construídas ou reconstruídas em sentido sociocultural localizado, visando identificar os sujeitos sociais dentro desses territórios em casos diversos e carregados de simbologia, suscitando a promoção no resgate ao patrimônio cultural de alimentos, bem como a autonomia de grupos e atores do território (TEDESCO,2017). Esses canais diretos, contribuem para um

processo de resgate e reconexão entre consumidores e produtores, permitindo o estabelecimento das relações de confiança e reciprocidade entre si. (GOODMAN,2017)

Os CCC's colaboram para que aqueles agricultores, antes excluídos do processo considerado como de modernização agrícola, sejam reinseridos no mercado e nas atividades econômicas locais, fortalecendo as relações de proximidade e parentesco, ainda garantindo a permanência no campo. (Wilkinson,2003)

De acordo com Darolt (2013), o que fortalece esse sistema de comercialização curta é a família, através da produção e comercialização há a troca de saberes e a cooperação diminuindo os custos da produção, além disso, são os agricultores familiares que planejam todo processo de produção e comercialização, mantendo a autonomia da sua própria produção e comercialização.

A diversidade de produtos alimentares produzidos na região, representam o cuidado passado de geração para geração com o cultivo e comercialização de produtos identificados como da agricultura familiar de base ecológica e ainda sobre o caráter da cultura alimentar local, produzindo uma espécie de percepção social, econômica e cultural do que ocorre dentro das feiras e fora delas.

No próximo subcapítulo será abordado o histórico e a revalorização do espaço das feiras e das trocas materiais e simbólicas exercidas nas feiras livres, compreendendo o lugar e a função exercida atualmente pelas feiras agroecológicas mais do que troca mercantil, mas exercendo função importantíssima na sociobiodiversidade das cadeias curtas.

5.1 Feiras livres agroecológicas, um breve histórico

As feiras livres no Brasil se formam devido ao encontro e os fluxos de pessoas, produtos, alimentos, informações, dinheiro, com diversas dimensões socioespaciais, executadas ao ar livre, em ruas, praças, avenidas, com produtos de agricultores expostos em barracas e intercalando grupos em cada banca para exposição dos produtos. As feiras livres geralmente têm uma área de influência econômica local e/ou regional.

A feira livre é uma forma de se expressar ocupando lugares sem o devido uso, sem expressão, ruas que provavelmente seriam ocupados por automóveis, em certos

dias da semana, dão espaço a uma nova forma de reprodução social e material, redefinindo um novo contexto urbano sobre experiências de sociabilidade.

Se pensarmos no histórico das feiras livres convencionais e compararmos com o histórico das feiras livres de base ecológica ou agroecológicas percebemos que as feiras convencionais se deram num período anterior, pois, foi pelo intercâmbio na expansão marítima, na qual começam a desempenhar papéis de trocas comerciais e que mais se assemelham as feiras livres, na mistura de variedades e práticas no espaço. A origem das feiras livres no país, data desde o período colonial, e essas relações de comércio se reproduzem rapidamente, desempenhando a função de abastecimento de alimentos nos primeiros adensamentos humanos da época (SACCO DOS ANJOS; GODOY; CALDAS, 2005).

A feira livre no Brasil constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos. Herança em certa medida da tradição ibérica (também de raiz mourisca), posteriormente mesclada com práticas africanas, está presente na maioria das cidades brasileiras, sobretudo naquelas com população superior a 300 mil habitantes. (MASCARENHAS & DOLZANI, 2008, p.75).

Mais adiante, o movimento agroecológico surge em um momento de diversas transformações abruptas, onde era preciso criar estratégias para persistir em meio a tantas modernidades que expulsam o trabalhador familiar mais descapitalizado do campo, aliou-se assim ao modo que persiste, os mercados locais, a comercialização em feira livre. A Feira de Agricultores Ecológicos Coolméia, já havia sido criada em 1978, por consumidores e agricultores familiares com o ideário de organizar e estruturar o movimento agroecológico, ainda pela luta contra aprovação de leis para entrada de mais agrotóxicos, essa organização tem base no cooperativismo e autogestão (MARTIL, 2016).

Segundo Graciela Martil (2016) a primeira iniciativa da extinta Cooperativa Coolméia, foi a Feira de Agricultores Ecologistas – FAE, criada e estabelecida em 1989. O estatuto Coolméia serviu de base para criação da feira em contexto de Pós-Revolução Verde, sendo essa a primeira feira agroecológica a ser criada no Brasil, e atualmente considerada uma das maiores do Brasil e da América Latina. A FAE conta atualmente com estatuto próprio e com mais de 44 bancas da agricultura familiar ecológica. Serviu, e ainda serve de modelo para o estabelecimento de muitas feiras

ao entorno, assim como em todo país, essa feira realizada em Porto Alegre, no bairro Bonfim, foi estruturada a partir de políticas públicas municipais com enfoque agroecológico que visavam a constituição de uma consciência coletiva em prol do consumo e produção sob o movimento agroecológico. A Figura 4 apresenta a feira em seu primeiro ano de aniversário, em 1990.

Figura 4 - Foto Aniversário de primeiro ano na Feira FAE - POA



Fonte: Feira de Agricultores Ecológicos - FAE, 1990

A partir da criação e organização da FAE, vieram outras feiras agroecológicas em decorrência da visibilidade e importância do movimento. Atualmente, existem no Brasil 1.043 iniciativas de feiras orgânicas ou agroecológicas credenciadas no mapa de feiras orgânicas Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec. O Estado do Rio Grande do Sul totaliza 118 feiras orgânicas (IDEC, 2021).

A procura pelos canais curtos de comercialização direta, em especial as feiras livres possibilitam a aproximação de produtores e consumidores, consequentemente ocorre um aumento na confiança sobre o que está sendo produzido, e é nessa confiança, que reside o estabelecimento de regularidades na venda dos produtos. É possível observar o caso da FAE, assim como nas feiras agroecológicas de Pelotas, a existência de uma fiscalização por parte de representantes das associações para efetivação e avaliação das normativas agroecológicas na feira.

De acordo com Oliveira (2020), a realização das feiras agroecológicas permite ainda, a expansão da comercialização a outros espaços e formatos, dentro do mesmo contexto agroecológico, sobre este aspecto, as feiras permitem maior ampliação, quando garantem um potencial na geração de renda, e ainda, por trazer à tona o sentido da associação como sendo a forma de gerenciar as feiras e proporcionar ao agricultor familiar autonomia e melhores condições técnicas em grupo de permanência no campo, seja também pela adaptação nesse sistema que será incorporado a agroecologia.

Para entender como acontecem as feiras no município de Pelotas, o próximo capítulo contextualiza a forma de conduzir a agricultura, como são caracterizados os agricultores existentes, formados ao longo dos anos por escravos (africanos), colônias de imigrantes (italianos, poloneses, alemães, franceses, portugueses, entre outros).

6 CARACTERIZAÇÃO DE PELOTAS, E O ESTABELECIMENTO DA PRODUÇÃO DE BASE AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO

Pelotas possui uma área territorial de 1.609 km² com uma população de 343.132 habitantes total até o ano de 2020 (IBGE, 2020). A área rural é habitada por 22.082 habitantes (IBGE, 2010) e possui 2.697 estabelecimentos agropecuários, dos quais 2.498 possuem menos de 50 hectares (IBGE, 2017). A área rural de Pelotas é composta por diversas etnias, sendo os agricultores familiares que compõem o interior do município, em sua maioria, descendentes de alemães ou pomeranos, portugueses, franceses, italianos, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e pescadores artesanais.

Conforme Grando (1989), estabeleceu-se características particulares em duas etapas na ocupação do município de Pelotas, e outros municípios que fazem parte da Serra dos Tapes⁹, ocupação de terras mais planas. Lugares antes conferidos a latifundiários que geralmente ocupavam com criação de gado, e a ocupação de terras mais íngremes, são ocupadas por imigrantes europeus.

Na primeira metade do século XVIII, ocorre a divisão de terras cedida pela coroa portuguesa, através de sesmarias (terreno distribuído e doados a um beneficiário importante do reino português, durante esse período consolidava a maior produção e comercialização de charque do país, utilizando a mão de obra escrava com muita frequência.

Dotada de forte tradição lusitana, Pelotas veio a ser o centro de uma aristocracia, rica classe de senhores de escravos, constituída pelos grandes criadores de gado — os estancieiros — e pelos produtores da carne salgada em mantas — os charqueadores. GRANDO, 1989, p.17

Conforme Jorge Euzébio Assumpção (2013), os escravos não aceitavam as condições que lhes eram impostas, para obter a liberdade se refugiavam por dentro das matas ou em quilombos. O autor salienta que durante o período saladeril, a média de escravizados era 64,8 homens e mulheres negras, que sofriam diversas punições e assassinatos.

⁹ Segundo Salamoni et.al. (2021): Região Montanhosa situada ao Sul do RS, a Serra dos Tapes é formada pelos municípios: Pelotas, São Lourenço, Turuçu, Canguçu, Arroio do Padre e Morro Redondo.

No início do século XIX, se intensifica a ocupação pela distribuição das terras mais íngremes e de mata, cedidas pela coroa portuguesa aos imigrantes, pois “em 1814 a população seria de 70 mil habitantes, incluindo mais de 20 mil escravos” (Zarth,2006, p.179). O Governo Imperial incentivava então a entrada de colônias no país, pois acreditava ser necessário aumentar a população existente com outras etnias.

As colônias surgem aos poucos em toda região da Serra dos Tapes. Em 1849, surgem as primeiras colônias em Pelotas, a primeira chamada D. Pedro II, e um ano após surgem Nova Cambridge, sendo as duas formadas por imigrantes ingleses. Monte Bonito, surge em 1950 também, sendo esta colônia formada inicialmente por irlandeses e alemães prussianos. (Salamoni e Waskiewicz, 2013); (Cerqueira, 2010)

Por volta de 1958 em Cerrito Alegre, é recebido alemães e pomeranos, a origem desta ocupação se situava próximo ao Boqueirão, em São Lourenço do Sul, posteriormente espalharam-se para o interior de Canguçu e Pelotas, onde o solo era mais propício a certos cultivos como a fruticultura, desenvolveram nessas regiões o policultivo baseado em minifúndios.

O tipo de economia colonial implantada pelos imigrantes alemães teve como característica marcante o estabelecimento da policultura a qual, segundo a tradição alemã, deveria solidificar o caráter independente dos colonos. Ao lado disso, o trabalho familiar serviria para reforçar essa ideia de independência, uma vez que não se utilizava mão de obra externa entre os colonos. Todos os membros da família se envolviam nas tarefas domésticas e na produção agrícola a fim de alcançar a autonomia econômica. (SALAMONI, G., 2001, p.8)

Em 1879, os imigrantes franceses ocupam e formam a Colônia Santo Antônio, colaborando muito para a agricultura e economia da região, por meio da plantação de frutas, utilizando métodos e técnicas trazidas para a região. A comercialização de doces artesanais e principalmente de pêssegos, surge nessa mesma época.

Em 1881, o governo Imperial cria inúmeras colônias, sendo uma delas muito significativa, a Colônia Maciel, que recebeu imigrantes, alemães, pomeranos, italianos, e até hoje é muito explorada para turismo rural sendo possível observar os resquícios de seus antepassados no formato de produção, geralmente voltada a viticultura e/ou vinicultura.

Segundo Salamoni (2001) diversas colônias se formaram na região até 1909 organizando-se no espaço de diversos formatos, mas marcadas principalmente pelo caráter familiar e diverso de realizar agricultura.

E foi esse caráter diverso, que propiciou a promoção da fruticultura da região na época do declínio saladerio, permitindo que as famílias produzissem doces artesanais feitos a partir da fruta, como as compotas de pêssegos, cujo trabalho primeiramente, foi realizado em pequenas fábricas artesanais de Pelotas, sendo que esse formato de produção permitiu que as colônias de Pelotas vivessem um momento de expansão e prosperidade.

A industrialização no Sul do Brasil tem, em boa parte, origem no artesanato camponês, que se transformou em semi-indústrias, à medida que as comunidades foram se urbanizando; posteriormente, essas fábricas integraram-se ao processo de industrialização que ocorreu no País depois da Primeira Guerra Mundial. É esse precisamente o caso da indústria de conservas vegetais de Pelotas, cujas origens estão nas fábricas artesanais da Colônia Santo Antônio, que, ao saírem do domínio camponês, se transformaram num parque de unidades industriais, o qual veio a ser o maior do gênero no Brasil. (GRANDO, 1989, p.19)

Segundo Severo e colaboradores (2020), em 1970 surgem grandes incentivos governamentais voltados a agroindústria de Pelotas e região, abrindo inúmeras fábricas processadoras de pêssego, havendo, contudo, a capitalização dessas agroindústrias para grandes fábricas.

Segundo Grando (1989), a modernização da agricultura trouxe processos de transformação constante, que por vezes fez com que agricultores familiares por exemplo, não tivessem condições de acompanhar as constantes mudanças exigidas pelo mercado, a especialização, tecnificação, e a modernização no geral demandavam certas exigências que tornavam cada vez mais difícil, e trazia a dependência de insumos externos para a venda da produção.

Schwartz e Salamoni (2013), colocam que paralelamente já ocorre a introdução e/ou expansão de algumas culturas para exportação, como a fumicultura na região, e que se mantém em ascensão até hoje, implicando em jornadas mais longas de trabalho, mas com maior rentabilidade e incentivo aos agricultores que cultivam.

Conforme explica Salamoni *et. al.* (2021) Nos anos 90, houve o fechamento de agroindústrias, gerando a redução considerável na renda dos agricultores familiares, causada pelo aumento de importações e a abertura do mercado, o que reduziria as alternativas locais.

O desemprego, a fome e a insegurança alimentar gerados pelo aumento de produtos, e aqui, um destaque aos produtos não alimentícios (*commodities*) como o fumo, geram o desaparecimento de algumas das culturas locais, além disso, não havia boas condições de trabalho, para agricultores familiares podendo ocasionar problemas pelo contato com fertilizantes e agrotóxicos nocivos à saúde humana. Becker e Cabedo (2010) explicam que as estratégias socioeconômicas surgem a todo momento, por diversas formas, e como a característica da colonização local diversa sempre foi resistir, também é de se esperar imigrantes europeus, não ibéricos, tem a tendência de se organizar em formato de cooperativismo, por exemplo.

Com isso em mente, muitos agricultores pretendiam mudar esse estilo de vida, e aos poucos se envolver em um processo de dinâmica transformadora, atualmente o município se mostra como um articulador regional e central de muitas pautas de produção agroecológica. Conforme (Godoy, 2005) é preciso reconhecer os precursores desse formato na localidade, pois foi através de muito estudo e prática na agroecologia em suas propriedades que os agricultores Manoel Portantiolo, Clodoaldo Saraiva e Enio Schiavon, servindo de exemplo para outros realizarem a transição do modo convencional ao sustentável.

Segundo Godoy (2005) O trabalho desenvolvido a partir da agroecologia sofria um certo descredito no início do movimento, pois outros produtores já haviam se acostumado com a ideia da necessidade de utilizar insumos externos, inseticidas, agrotóxicos, e todo padrão tecnológico já muito utilizado. Até os anos 90, se deu dessa forma, após os agricultores passaram a entender que a produção de base ecológica era realmente possível de ser introduzida na propriedade.

Ainda assim, a introdução de sistemas produtivos agroecológicos não se dá de maneira rápida e fácil, há regularmente um processo para a retirada do sistema convencional que muitos agricultores se encontram presos. Esse processo é a transição agroecológica, como já mencionado, e para Storch e colaboradores (2004), esse processo, também é cheio de complexidades, conflitos, podendo ser amenizada certas situações se formarem um coletivo, para desenvolver e apropriarem-se de aspectos (econômicos, ambientais, sociais e culturais).

Notado a questão da coletividade, vemos que a ARPA-SUL produz estratégias produtivas a partir de uma associação, e como observado em campo, tem se mostrado confiável aos agricultores, de fácil acesso, regular e conduz muitos agricultores a diversificação produtiva da região.

Atualmente a produção de base ecológica vem sendo ampliada no município, pela organização de feiras agroecológicas, bem como a divulgação e promoção dos órgãos responsáveis, o CAPA atua com regularidade visando a assistência e amparo para o agricultor conseguir produzir e comercializar de maneira correta, segundo a demanda e disponibilidade de produtos do agricultor. O próximo capítulo faz referência as características da cadeia curta direta, mais especificamente a feira livre ARPA-SUL, que demonstram o menor impacto ao meio ambiente, visado pelo o associativismo uma forma de inserir mais agricultores familiares nesse mercado, estabelecendo uma perspectiva na mudança do estilo de vida desses agricultores para um formato alternativo, com alimentos de qualidade e segurança a toda sociedade envolvida nessa relação, conectando economia local, com segurança alimentar e nutricional através de nossas culturas alimentares. São ações vão desde o campo do fomento à produção, até a comercialização, distribuição e consumo de alimentos saudáveis como forma de garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada e o combate a todas as formas de má nutrição.

6.1 Características da produção de base agroecológica nas feiras livres de Pelotas-RS: aspectos ligados a produção e comercialização da feira ARPA-SUL

A partir dos anos 80, surgem discussões contra a produção de um sistema agrícola que pretendia e pretende adaptar os sistemas alimentares conforme a lógica do capital, e nesta época passa a existir e fazer parte das reivindicações a Pastoral Rural (Igreja Católica), e o CAPA (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) em busca de uma nova forma de comercialização e produção independente, de base ecológica, sem a necessidade de insumos externos. O trabalho iniciou-se com o apoio da Emater que possibilitou a assistência técnica das novas formas de produção agroecológica através da ATER. O CAPA possui cinco núcleos: Pelotas, Santa Cruz do Sul e Erechim, no Rio Grande do Sul, e Verê e Marechal Cândido Rondon, no Paraná. (CAPA, 2021)

Segundo Finatto e Corrêa (2010), ações e cursos começaram a ser desenvolvidos para compreender as bases agroecológicas na serra, no município de Ipê/RS, onde o sistema estava praticamente consolidado, convênios com a CAPA de

São Lourenço do Sul também foram muito importantes para estruturação e organização das feiras agroecológicas.

Em 2003, ações voltadas a agricultura alternativa começam a ganhar maior força com incentivo, nessa época foi implantada a lei sobre a agricultura orgânica no país nº 10.831 que considera como sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. Essa mesma lei, destaca que o conceito de sistema orgânico para atividades agropecuárias e industriais, se abrange ao ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os mesmos princípios. (BRASIL,2003)

Os agricultores participantes das feiras e integrantes da ARPA-SUL, estão organizados em grupos de acordo com a localidade de onde são provenientes. Alguns agricultores comercializam e produzem, além de Pelotas, em Turuçu, Arroio do Padre, São Lourenço, Morro Redondo e Canguçu.

Os aspectos aqui levantados, demonstram o caráter particular das feiras livres agroecológicas no geral, que são montadas a partir da concessão de uma licença da prefeitura de Pelotas. O funcionamento geralmente ocorre no turno da manhã ou no turno da tarde. São barracas montadas nos dias de feira pelos agricultores-feirantes com uma lona sobre sua estrutura, dispendo de bancas lado a lado, sendo que na ARPA-SUL (Dom Joaquim), há uma espécie de passarela onde os consumidores conseguem observar sem espaços limitados. Levando em conta aspectos observados, a feira da Dom Joaquim, ARPA-SUL, se constitui como marco histórico e alguns dos agricultores-feirantes que estavam desde a implementação em 1995 desta feira, permanecem nesses espaços até hoje. Veja na tabela 2 as feiras agroecológicas:

Tabela 2 – Feiras agroecológicas de Pelotas

<i>Feiras agroecológicas</i>	<i>Local e horário</i>
<i>ARPA-SUL</i>	- Avenida Dom Joaquim entre República do Líbano (sábado, manhã); - Avenida Bento Gonçalves (terça, à tarde)
<i>Akotirene</i>	- Praça Coronel Pedro Osório, esquina rua Conde de Piratiny (sábado, manhã);
<i>Entardecer</i>	- Largo do Mercado Público (quinta; tarde)
<i>Grupo Serra dos Tapes</i>	- Avenida República do Líbano, esquina rua Júlia Lopes (quarta, manhã)
<i>Terra Limpa</i>	- Guilherme Wetzel esquina com Avenida Fernando Osório (terça, tarde); - Avenida Duque de Caxias - em frente ao colégio Tiradentes - (sábado, manhã)

Fonte: Elaboração própria, 2022

Na figura 5, pode ser visualizada a distribuição geográfica das feiras agroecológicas em Pelotas/RS.

Figura 5 - Mapa da distribuição das Feiras Agroecológicas em Pelotas/RS

Fonte: Google Maps, 2021.

É possível notar a criação desses espaços de feiras livres com o caráter agroecológico geralmente no centro da cidade, ou onde possivelmente há consumidores que residem nas proximidades com maior poder aquisitivo. Como já

observado, a maneira que os mercados globalizantes estão estruturados, dispõe uma variedade imensa de produtos ultraprocessados produzidos por multinacionais de alimentos que por vezes são barateados, e notadamente são comuns em qualquer bairro, até mesmo em bairros mais densos e populares, o que por vezes¹⁰ gera a desigualdade do acesso aos alimentos saudáveis e adequados.

O ambiente alimentar consiste num conjunto de aspetos físicos, económicos, políticos e socioculturais que possibilita situações que interferem nas escolhas alimentares saudáveis. A disponibilidade, qualidade e promoção dos alimentos, assim como o custo, as políticas governamentais e o comportamento dos/as consumidores/as são orientados pelo tipo de ambiente alimentar existente no local onde se vive, estuda e/ou trabalha. As mudanças ocorridas nesses ambientes têm como consequência o enfraquecimento dos pequenos mercados e das feiras livres, tornando-o cada vez mais distante do quotidiano da popular. (SILVA; RIBEIRO; MASCARENHAS, 2022, p.56)

É importante analisar como as feiras agroecológicas de Pelotas são observadas nos bairros populares, e sobre isso faz-se necessário explorar e debater a questão de informação e acessibilidade, trazendo sempre a relação do mundo atual capitalista, que promove a dependência de um padrão de consumo globalizado, na qual se realizam falsos movimentos locais de ganhos ao produtor e consumidor, movimentos esses efetivados pela imposição de um sistema vigente que afasta produtores e consumidores, mudando a dinâmica local, promovendo territorializações e desterritorializações geográficas a todo momento, através de relações sociais distantes, como no caso dos supermercados.

Nesse sentido, é uma visão que deve ser reconstruída, a partir de informações sobre as feiras, sobre agroecologia, e políticas públicas locais para tornar os alimentos e produtos acessíveis, promovendo a lógica da agroecologia, sob um dos seus conceitos pilares que é o produto se tornar sustentável/viável também para os consumidores de todas as camadas da população.

A procura por alimentos de qualidade tem sido crescente na pandemia, e com isso ocorreram abertura para novas possibilidades e percepções também acerca de uma ideologia maior no qual se encaixa a Agroecologia, nota-se o crescimento das

¹⁰ **Nota Explicativa:** De forma alguma em sentido generalizado, pois a disposição das feiras pode ser observada por inúmeros motivos, um deles é a acessibilidade no espaço-feira, o local deve ser adequado e dentro de todas as normas sanitárias, estabelecendo assim melhor formato para o feirante exercer suas vendas bem acomodado.

feiras agroecológicas em Pelotas, até mesmo em bairros mais distantes, como já destacado o novo ponto no bairro Fragata por exemplo.

No município, esses espaços têm resistido ao tempo pelo caráter agroecológico levando consigo uma certa identidade, realizando ainda, laços de confiabilidade e aproximação com os consumidores, através do caráter solidário que é exercido dentro desses espaços, e ainda, de acordo com Godoy e Sacco dos Anjos (2007) nas feiras agroecológicas é construído a noção de trabalho em grupo, onde um feirante auxilia o outro. Ao contrário das feiras convencionais onde é observada uma certa competitividade, sobretudo da luta por espaço.

A feira é um espaço social, cultural e educativo que propicia o desenvolvimento de relações entre consumidores e produtores ecológicos. A feira traz diversidade, resgata valores, crenças e possibilita a troca de informações sobre alimentação, saúde e qualidade de vida (DAROLT, 2012, p.91).

A feira se mostra então como um espaço de resistência que permite a garantia de trabalho e renda, bem como trocas materiais e imateriais entre o urbano e o rural, permitindo espaços de sociabilidade por diferentes atores sociais.

Este trabalho, apoiou-se na aplicação e respostas do questionário aos produtores (Apêndice 1), visando assim, compreender a realidade vivenciada pelos agricultores-feirantes através das características e impressões sobre o formato que produzem e comercializam na feira agroecológica ARPA-SUL.

É possível perceber que esse tipo de comércio, em especial a procura dos consumidores e dos agricultores por um estilo de vida mais saudável está resistindo ao longo dos anos, podemos observar que ao menos quatro dos agricultores-feirantes encontram-se na feira da Dom Joaquim há pelo menos 20 anos.

Na distribuição etária de feirantes entrevistados segundo questionário aplicado, encontra-se expressivamente um número de feirantes produtores na faixa etária dos 23 a 32 anos.

Tabela 3 - Faixa etária dos Agricultores-Feirantes produtores

Faixa etária - Feirantes	Contagem de Idade
13-22	6
23-32	9
33-42	3
43-52	7
53-62	6
63-73	2
Total Geral	33

Fonte: Pesquisa de Campo, Pelotas – RS, 2021.

Nota-se que com o surgimento desse canal de comércio, muitos desses agricultores familiares ou até mesmo amigos iam um dia ou outro ajudar no processo de comercialização e acabavam experimentando o funcionamento e a venda nessas feiras ecológicas, se afeiçoaram ao movimento, e hoje em dia produzem em suas propriedades e comercializam sob este formato. Salientando a presença na feira de agricultores feirantes jovens surgindo como uma estratégia na feira.

De acordo com o diagnóstico baseado na aplicação dos questionários, podemos revelar que há a renovação expressiva de agricultores-feirantes na faixa dos 23 a 32 anos que desenvolvem tanto a produção quanto a comercialização na feira. Muitos destes, possuem parentescos com alguns que já participaram da feira, enquanto outros possuem somente a afinidade com a agroecologia, pois muitos necessitavam fazer a transição para melhorar a qualidade de vida sem precisar manipular preparos nocivos à saúde.

Se observarmos a questão relativa à produção desses agricultores-feirantes, na maioria dos casos, se dá com duas pessoas da mesma família de agricultores-feirantes e a maior família de feirantes na Dom Joaquim constatada possui uma produção familiar composta por seis pessoas.

Na comercialização geralmente são dois agricultores-feirantes, sendo possível também notar algumas vezes, casos em que por algum motivo o agricultor-feirante da banca ao lado precisa se ausentar por instantes e o feirante vizinho auxilia na venda dos produtos, havendo o sentimento de cooperação e confiança entre os agricultores feirantes da Dom Joaquim.

Entre os produtos comercializados na feira é possível observar: Ervas medicinais, Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC's), temperos, hortaliças,

legumes, verduras, tubérculos, frutas, mel, flores, grãos, ovos, erva mate, *chimias*, geléias, conservas de pimenta, pães, bolos, cucas, bolachas entre outros.

Os agricultores-feirantes da ARPA-SUL, produzem em sua maioria hortifruti, mas nas figuras 6 e 7, é possível observar alguns produtos que são comercializados na feira agroecológica de Pelotas:

Figura 6 - Alimentos sazonais, hortifruti, produtos artesanais.



Fonte: Acervo pessoal,2021

Na figura 7, por exemplo, verificamos a diversificação dos produtos comercializados e com isso, podemos reconhecer a importância desta feira, sua estrutura e organização facilitam ao agricultor a dinamização de alimentos complementando a renda com diversos produtos:

Figura 7. Produtos Industrializados, Flores sazonais, Ervas Medicinais.



Fonte: Acervo Pessoal, 2021

Há uma grande variedade de produtos e alimentos na feira agroecológica, podendo demonstrar seu amplo potencial de comercialização e produção familiar através da sua diversidade, indo desde hortifrúti até produtos feitos artesanalmente como erva mate, *chimia* entre outros. Com isso, cada família considera os produtos que possuem maior relevância na renda.

Toda a produção que é vendida na feira agroecológica da Dom Joaquim, pode compreender a mais canais de comercialização. A maioria dos agricultores-feirantes comercializam em até três feiras, geralmente uma ou duas feiras em Pelotas e outra feira na sua localidade, pois a maioria reside em localidades próximas, como Canguçu e conseqüentemente comercializa os produtos em feiras assim como na sua propriedade familiar.

Mesmo com os consideráveis cortes orçamentários dos recursos públicos que o PAA vem sofrendo desde 2017, é destacado como um dos CCC de comercialização indireta, que permitiu a esses agricultores-feirantes o desenvolvimento rural regional, sustentável e diversificado, suscitando novas oportunidades de emprego. Esse programa incentivou aos agricultores familiares e associações a produzirem, mas também consumirem, alimentos saudáveis e sustentáveis, valorizando a produção agroecológica.

O auxílio do CAPA, vem fazendo diferença na produção das famílias envolvidas, com a implementação das práticas agroecológicas promovendo iniciativas de cursos de capacitação, auxílio técnico com visitas as propriedades, acompanhamento levando informações e dúvidas. O principal auxílio técnico dos agricultores-feirantes é o CAPA, esporadicamente, 2 em 2 meses em média, por conta da pandemia e o distanciamento social, o auxílio do CAPA é feito online. Alguns agricultores-feirantes citam parceiros como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Campus Visconde da Graça – CAVG, Empresa de Assistência Técnica - Emater, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária.

Os agricultores-feirantes resolveram aderir as técnicas agroecológicas para ter uma melhor qualidade de vida, alimentos mais saudáveis para o próprio consumo e para fornecer aos consumidores. Além disso, muitos afirmavam estar anteriormente em outra lógica de produção, com alta concentração de agrotóxicos tendo que lidar diretamente com o contato, inalação, e manipulação desses preparos químicos utilizados na aplicação da agricultura, como é possível verificar o caso da agricultora-feirante V. em resposta ao questionário: “A gente plantava fumo só duas pessoas e sempre com agrotóxicos, percebíamos o quanto aquilo era prejudicial, e aí a gente fez a feira do nosso cunhado a gente gostou e resolveu fazer a feira” Agricultora-Feirante V. A busca por melhor qualidade de vida é o que mais aparece como resposta entre os agricultores-feirantes. Ainda os mais novos da família puderam acompanhar esse processo de transição e estabelecer novas bancas devido ao sucesso de produção e comercialização nessas feiras.

Os preços na feira agroecológica são determinados pelos agricultores-feirantes e associação (diretoria) que entram em acordo com um determinado preço dos produtos considerando consumidores e produtores. Esse preço tem base a demanda e oferta das feiras convencionais, colocando uma porcentagem a mais por haver toda lógica da agroecologia envolvida, ser um alimento confiável, limpo, diversificado. É preciso lembrar que o agricultor familiar trabalha com alimentos e produtos da estação geralmente, quem consome, precisa levar todo processo em consideração, pois demanda, por vezes, custos mais elevados a quem produz, exigindo mais trabalho manual, tendo em vista, que geralmente são somente duas, três pessoas na produção. A agroecológica visa todo esse processo, desde a produção, transporte e

comercialização, portanto, são critérios debatidos e estabelecidos entre os agricultores-feirantes e associados por todo esse processo gerado.

A ARPA-SUL tem o controle de toda a comercialização, uma vez que os produtores anotam toda a movimentação de mercadoria em um romaneio. Do saldo apurado é destinado um percentual de 5% para o caixa da associação como forma de contribuição na cobertura dos custos. (GODOY, 2005, p.190)

Com o início da pandemia, houve a abertura de novas formas de comercialização, e em um diálogo entre agricultores-feirantes e associação preocupados com o agravamento da situação, alguns agricultores-feirantes acabaram decidindo fornecer e divulgar nas mídias o número do celular para entregas em domicílio. Alguns grupos relataram até ser positivo pois quem não ia a feira passou a comprar a domicílio, e agora com maior flexibilização compra pelos dois canais de comercialização.

Já outros agricultores-feirantes, não se adaptaram. Também relatam que com o agravamento da covid-19, as feiras foram caracterizadas como serviço essencial¹¹ pois trata-se da comercialização de alimentos, sendo necessário adaptar alguns protocolos da prefeitura de Pelotas para o funcionamento da feira agroecológica, como por exemplo: disponibilizar álcool na entrada, controlar o fluxo de pessoas na feira, uso de máscara, ir as compras uma pessoa por família, tocar apenas nos produtos que irá levar, não experimentar nenhum alimento ou produto (como era costume fazer nas demonstrações de alimentos e produtos antes da pandemia).

Alguns agricultores-feirantes também fazem relação quanto a diminuição de vendas, a troca dos dias da feira, pois no mês de abril teve a situação do agravamento da covid-19, sendo decretado pela prefeitura o lockdown. Com isso, o dia da feira mudou para sexta-feira, o que gerou mais diminuição de vendas, pois os agricultores-feirantes relatam que o sábado é o melhor dia de feira para quem já os conhecem e ainda para aqueles que trabalham durante a semana.

Mas aos poucos, essas medidas foram criando maior credibilidade, a data da feira mudou novamente, passando para os dias normais (aos sábados), os

¹¹ Decreto **6267/2020**: Fica permitido o funcionamento de alguns estabelecimentos e atividades chamadas essências, obedecendo a não aglomeração de pessoas e os protocolos de distanciamento. Art.8/II: hipermercados, supermercados, mercados, mercearias, açougues, peixarias, fruteiras, padarias, centros de abastecimento de alimentos e feiras livres;

agricultores-feirantes relatam em conversa informal, que os consumidores habituais se mantiveram e surgiram alguns novos, devido à procura de um estilo mais saudável de consumir. A pandemia trouxe a reflexão de alguns consumidores sobre o estilo de vida, com isso, há um considerável aumento na venda de verduras, legumes e frutas.

Esta feira é observada como um espaço de troca, onde há relações para além das trocas mercantis, há trocas de experiências, saberes e sabores, é verificado que há uma relação de amizade entre muitos agricultores-feirantes e consumidores, esse relacionamento se traduz em trocas de conhecimentos do mundo rural e urbano.

A exemplo, da agricultora-feirante L.S, que vende chás e produz em sua propriedade enorme variedade de ervas, PANC's etc, geralmente ao chegar na sua banca, há consumidores procurando ervas específicas, seja para dores, ou para implementar o sabor na cozinha, pois há esse contato direto com o produtor, o que permite ao espaço de troca. Nesse sentido, a vivência e sabedoria adquirida pela agricultora-feirante, ajudam a desvendar quais escolhas podem se encaixar de acordo com as necessidades, seja um chá para acalmar a dor de garganta, seja um alecrim para dar mais sabor a comida, etc. A sabedoria repassada de geração para geração, se demonstra fortemente presente, as trocas entre o rural e urbano se mostram importantíssimas, pois em um espaço ou outro certas vivências se anulam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs analisar o papel e as características das feiras agroecológicas como canais curtos de comercialização na cidade de Pelotas-RS, com ênfase na feira ARPA-SUL localizada na Avenida Dom Joaquim, com o intuito de compreender como se organizam e se estabelecem relações produtivas e de comercialização através dos sujeitos da pesquisa realizada, os agricultores familiares atuantes da feira ARPA-SUL da região.

Em Pelotas, operam no desenvolvimento da Agroecologia na região sul: Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul - ARPA-SUL, Cooperativa de Pequenos Agricultores Agroecologistas da Região Sul Ltda. – ARPASUL e a Cooperativa Sul-Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. Além destes, há feiras do MPA, MST, Associação Bem-da-terra, entre outros.

Os reflexos da globalização fomentaram novas configurações distantes nas cadeias globais de alimentos, conduzindo a indústrias de alimentos em larga escala e distribuição em massa a longas distancias, contudo, essas cadeias longas também sofrem com fragilidades, pois a mesma conduz a desigualdades socioeconômicas, sendo uma delas na própria forma organizativa do sistema de produção-distribuição-consumo, onde visa o aumento lucrativo de empresas a um menor custo de todo processo, e para isso verifica-se a baixa mão de obra e maior quantidade de atravessadores.

Evidentemente, esse formato não privilegia a todos, e a mudança desse formato não é abrupta, mas podemos afirmar é que há modelos que questionam esse formato e demonstram a viabilidade de sistemas locais, chamados de canais curtos, que possibilitam a produção diversa, a exemplo disto, há as feiras agroecológicas e, no caso específico e local, citamos a feira livre ARPA-SUL. Nesta dissertação demonstramos inúmeros fatores como a interação entre agricultores e consumidores, que possibilitam a construção da confiança, também expressos em produtos e alimentos livre de inúmeros atravessadores e de pesticidas. Tudo isto, contribuiu e contribui para o desenvolvimento regional e funcionamento dessa cadeia curta.

Neste trabalho percebe-se o contexto das características da agricultura familiar, a luta histórica pelo debate e reconhecimento legal, enquanto categoria profissional, somente sendo possibilitadas com a implementação de políticas públicas como Pronaf, lei da agricultura familiar, entre outras políticas que abriram espaço para a

introdução de outras fontes de renda ao agricultor familiar a título de exemplo, os mercados indiretos.

Cabe ainda destacar o importante papel dos canais curtos de comercialização assegurando maior autonomia ao agricultor familiar, identificado na venda direta, caracterizado pelas feiras agroecológicas. A redução ou eliminação de intermediários, se mostra extremamente benéfica nos circuitos de produção e distribuição, pois há ainda nas feiras agroecológicas de Pelotas, a proximidade geográfica com agricultores fornecedores da região – fornecedores que fazem parte da associação e são produtores que também comercializam tais produtos -, o que permite ao agricultor, uma remuneração mais justa.

A ampliação de relações mercantis mais próximas, é um importante fator de fortalecimento e permanência da agricultura familiar. Para além da proximidade, há o fator cultural que se conserva ao longo do tempo. Atrelado a isto, há a relação com os sabores típicos regionais comercializado nas feiras, os canais curtos disponibilizam a entrada a mercados e transparência com quem produz e com quem consome, pelos próprios vínculos diretos estabelecidos nesse processo.

A construção de relações próximas, da confiança em todo processo, entre os próprios agricultores-feirantes, até mesmo entre quem presta assessoria nos revela a importância da ação conjunta, entre associados (ARPA-SUL) e outros como: CAPA, Emater, Embrapa, Ufpel, Cavg, Furg, foram alguns dos citados que possibilitam a parceria, na formação, assessoramento destacando um dos pontos mais importantes observados, e constatando o processo coletivo dessa cadeia curta.

Segundo dados da pesquisa, cada família tem seus produtos de maior relevância na renda dos agricultores, pela forma que conseguem cultivar na propriedade, observada as condições de cada família e as condições climáticas, mas também morfológicas existentes no local de produção.

Sobre os aspectos sociais é possível identificar estratégias em grupo, mas também o bom relacionamento entre agricultores e consumidores gerando a clientela estabelecida por esses laços de confiança e seguridade, característica marcante dessa feira. É um local em que há a troca de informações, e é até mesmo o local onde se estabelecem vínculos de amizade.

Sobre as considerações relativas ao preço de venda na feira, é determinada sobre o balanço de demanda e oferta das feiras convencionais acrescido um valor

sobre as feiras convencionais, estabelecido junto com a associação, pois leva em conta todo processo e dificuldades sofridas.

Com o agravamento da pandemia, a feira passou a entregar a domicílio, encomendas realizadas pela internet, via WhatsApp, sendo que alguns não se adaptaram a esse formato, também relatando restrições ocorridas após, na época em que os dias das feiras foram alterados, sofrendo uma grande queda nas vendas. Atualmente, com a volta da feira no horário e dia habitual, as feiras voltaram com a clientela de sempre, e ainda alguns agricultores-feirantes relatam até mesmo o aumento das vendas pois intercalam a venda pela internet com a venda presencial na feira.

A predominância de feiras agroecológicas instaladas mais distante de bairros é uma das restrições importantes, pois há importância no acesso a alimentação de qualidade, muito discutidas no subcapítulo 3.2 sobre o direito à alimentação adequada a todos, devendo ser aprofundadas estratégias para operacionalização de feiras agroecológicas em bairros que são mais densos e afastados da centralidade, podemos verificar que há direção para essa proposta, pois o CAPA tinha como meta para esse ano a inclusão de uma feira no Bairro Fragata cuja feira já está funcionando aos sábados.

A feira pesquisada, ARPA-SUL (Dom Joaquim), é um espaço que possui maior autonomia, dinamiza a economia local, produz a valorização da biodiversidade regional, e garante o acesso a agricultores familiares a um canal direto de produção-comercialização, o que promove a SAN, pelos alimentos livres de agrotóxicos e todo processo social proferido na agroecologia com a associação.

Mas é importante destacar que o debate das feiras agroecológicas não deve encerrar aqui, ações do poder público também devem se tornar contínuas para existir nesses espaços, a informação e o acesso próximo ao consumidor de todas as características socioeconômicas, contribuindo assim, para uma política ampla e territorial, na observância da pertinência desse canal direto como catalizador para o desenvolvimento da SAN, porque na medida que envolve a agricultura familiar e local, estará fomentando e promovendo a diversidade na oferta de alimentos, alimentos locais, com respeito aos costumes locais, possibilitando a proximidade dessas feiras, tema que deve ser abordado constantemente através de políticas públicas que permitam significativas discussões e ações mais próximas a diversos bairros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília-DF, n. 641, Convênio FIPE/IPEA 07/97, 1999.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. 3º edição. São Paulo: Hucitec; Campinas/SP: UNICAMP, 2007.
- ABRAMOVAY, R. **O que é fome**. Editora e livraria brasiliense. 9º ed. São Paulo, 1991
- ABREU, L. S. *et. al.* Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, Editora UFPR, v.26, 2012.
- AGUIAR, D.; PORTO, S.I. A expansão da fronteira agrícola e logística nos Cerrados e Savanas: Agroestratégias e resistências no Brasil e Moçambique. In: SAUER, S.(Org). **Desenvolvimento e transformações agrárias**: BRICS, competição e cooperação no Sul global. São Paulo: Outras Expressões, 1 ed., 2019.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Disponível em: redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agriculturafamiliar/CONCEITO. In.: **3º módulo do Curso Regional de Formação Político Sindical Nordeste**, 2007. Acesso em: 22 de out. de 2020.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5º edição. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Disponível em: https://arca.furg.br/images/stories/producao/agroecologia_short_port.pdf Acesso em: out. 2019
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- ANFAVEA – **Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Anuário da indústria automobilística brasileira**. 2016. Disponível em: www.anfavea.com.br. Acesso em: nov. 2021.
- ANTUNES, D. S. **ATLAS DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO: Características da Agricultura Familiar v.05 - IBGE**. Biblioteca IBGE, 2014.
- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. In: VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, 2010, **Anais...** Porto de Galinhas (PE): ALASRU, 2011.
- ASSIS, L., ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio amb.**, Curitiba, v.6, 2002.
- ASSUMPÇÃO, J. E. **Pelotas: Escravidão e charqueadas (1780 – 1888)**. Porto Alegre. Editora: FCM, v.1, 2013.

AUBRY, C.; CHIFOLLEAU, Y. Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. **Innovations Agronomiques**, v.5, 2009.

BALESTRO, M. V.; SAUER, S. **Agroecologia e os desafios da transição ecológica**. 2.ed. Expressão Popular, São Paulo, 2013. 328p.

BECKER, C.; CABEDO, C.L. Como construir a qualidade agroalimentar: análise de experiências brasileiras e espanholas. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 115-129, 2012

BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. Inovações econômicas em cadeias curtas de abastecimento alimentar. In.: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Org). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2017.

BELIK, W. Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições. **Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola- Imaflo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2020/10/UmRetratoSistemaAlimentarBrasileiro> Acesso em: set. 2021

BRANDENBURG, A. Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** [da] Universidade Federal do Paraná, n. 6, p. 12, 2002.

__BRASIL. **Lei Nº 11.946, de 28 de Junho de 1996**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto. Acesso em: 02 de nov. de 2020.

__BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei. Acesso em: 02 de nov. de 2020.

__BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm

__BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 02 ago. de 2021.

__BRASIL. **Decreto municipal nº6267, de 22 de abril de 2020**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/decreto/2020/626/6267>

BRUNO, R. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In.: MALUF, R.S.; FLEXOR, G.(Orgs). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, ed.1, 2017.

BOMBARDI, L. M. A mundialização da agricultura brasileira e a ameaça aos direitos humanos. In.: STEFANO, D., MENDONÇA, M. L. (Orgs). **Direitos Humanos no**

Brasil 2019: Relatório da rede social de justiça e direitos humanos. São Paulo, ed. 1, p. 106, 2019.

BRANDÃO, J. B., SCHNEIDER, S., Zen, H. D., & da Silva, G. P. (2020). Os mercados de hortifrúti em Santa Maria (RS) - um estudo sobre os tipos de produtores e os canais de comercialização. **Redes**. Santa Maria: v.25, n.2, 2020 <<https://doi.org/10.17058/redes.v25i2.14323>>

CAMPOS, C. S. S. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio: o caso de Cruz Alta/RS**. 2009, f. 233, Tese (Doutorado em Geografia licenciatura) - UFRGS. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21080/000734774.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: maio de 2022

CARNEIRO, Fernando Ferreira, *et al.* (Org). **Dossiê Abrasco: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos2015. Acesso em: ago. de 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n.2, 2002.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CASTRO, L. F. P. (2017). Agricultura familiar: perspectivas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Espaço Acadêmico**, 17(192), p.13, 2017. Disponível em: < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico> > Acesso em: 07/06/2022

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. **Anais do IV SIMP: Memória, patrimônio e tradição**. Pelotas, 2010.

CONTERATO, M.A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. (Tese) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2008.

CONTERATO, M.A.; NIEDERLE, P.A.; RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S. **Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea**. PGDR/URGS. 2011 Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/816.pdf>> Acesso em: fev.2022

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. **Vente directe et circuits courts : évaluations, définitions et typologie**. **Cahiers de l'Observatoire CROC**, Montpellier, n. 1-2, 2007.

CONTRIGIANI, A.C., et. al. Circuitos Curtos de comercialização. **Revista Araras**. São Carlos: UFSCar/CPOI,2020

CLEMENTS, E.A.; FERNANDES, B.M. Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil. **Observatório do Meio Rural – OMR**. p.1,2013. Disponível em: <<https://landportal.org/node/61934>> Acesso em 03.01.2022

DAROLT, M. R. **Conexão ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. Londrina: IAPAR, p.162, 2012.

DAROLT, M. R. Circuitos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIERDLE, P. A., ALMEIDA, L. de., VEZZANI, F. M. (Orgs). **Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

DAROLT, M.R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; ALENCAR, M.C.F.; ABREU, L. S. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambient. soc.** 19, São Paulo, n.2, 2016.

DELGADO, G. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. São Paulo: **Ícone e UNICAMP**, 1985.

DELGADO, G. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Dossiê Desenvolvimento Rural: Estudos Avançados**, vol.15, nº43, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300013>

FAO - **Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura**. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/pt/>. Acesso em: jan. de 2021.

FEIDEN, A. Agroecologia: introdução e conceitos. In: AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L.(Orgs). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

FERNANDES, B. M. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora [da] UFRGS, 2015.

FINATTO, R. A., CORRÊA, W. K. Desafios e perspectivas para a comercialização de produtos de base agroecológica – O caso do município de Pelotas- RS. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 1, mar. 2010. Disponível em: revistas.abaagroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9669. Acesso em: out. 2020

FRIEDRICH, K. *et al.* Agrotóxicos mais venenos em tempos de retrocessos de direitos. **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.12, 2018.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual o fortalecimento da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Rev. De Econ. e Sociologia Rural**. São Paulo, v.51, nº 1, 2013.

- GLIESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora [da] UFRGS, 2000.
- GOODMAN, D. The quality “turn” and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003.
- GOODMAN, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. In: Schneider, S.; Gazolla, M. (Orgs.) **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. [da] UFRGS, 2017.
- GODOY, W. I.; SACCO DOS ANJOS, F. A IMPORTÂNCIA DAS FEIRAS LIVRES ECOLÓGICAS: UM ESPAÇO DE TROCAS E SABERES DA ECONOMIA LOCAL. **Cadernos de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007. Disponível em: revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/1943. Acesso em: 15 out. 2020.
- GODOY, W. I.; SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. **As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização: Perspectivas e tendências**. Editora e Gráfica Universitária, Pelotas, 2005.
- GRANDO, M. Z. **Pequena agricultura em crise: o caso da “Colônia Francesa” no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1989, 209 p. (Teses; 4)
- HECHT, Susanna B. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel (Org.). **Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Resultados definitivos. Rio de Janeiro: Ministério da Economia/IBGE, 2019a. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos Acesso em: jan. 2020.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IPCA, **Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo – maio, 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo> Acesso em: maio 2022
- IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor, **Mapa de feiras Orgânicas**. Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/> Acesso em: jun. 2021
- KAGEYAMA, A. (org). **O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas, 121 p. (mimeografado), 1987.
- KAGEYAMA, A. O novo padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo rural aos complexos Agroindustriais. In: **DELGADO, G.C.; GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M. (orgs.) Agricultura e Políticas Públicas**. Campinas, 1990.

KAMIYAMA, A. **Cadernos de Educação – Agricultura Sustentável**. São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente/ Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais. São Paulo, SMA, 2011.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011

MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (Orgs). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. 1 ed. Rio de Janeiro. 2017.

LUCIANO, W. R. **Agricultura Familiar no contexto da feira do produtor “feira corujão” no município de Rio Claro – SP**. 2017. 60f.Trabalho de Conclusão de Curso(bacharelado-Geografia). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo. 2017.

MANTELLI, J.; da Silva Dutra, É.J.; KONZGEN, Q.R.S. A agricultura familiar no contexto do agronegócio no município de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Geosul**, 34(71),500-524. 2019. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org>> Acesso em: jan.2021

MARAFON, Gláucio José. Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. **Geo UERJ**, [S.l.], n. 3, mar. 2020.Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/48984/32735>> Acesso em: jul. 2021.

MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires**. Ed. Educagri, 2008.

MARSDEN, T. K.; BANKS, J.; RENTING, H. **Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development**. Environment and planning A, v. 35, 2003.

MARTINE, George. A trajetória da Modernização Agrícola: A quem beneficia? Lua nova: **Revista de Cultura e Política**. n.23, 1991. <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000100003>>

MARTINS, J. P. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: Grupo Palestra, 2003.

MARTIL, G. C. D. **Redes Agroalimentares Alternativas e Consumo Político: o caso das feiras ecológicas de Porto Alegre, RS**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, 2016. Disponível em: wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2016/06/Graciela-Martil. Acesso em: jul. de 2021.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, Miriam C. S. Feira livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Revista Ateliê Geográfico**. Goiás, v.2, n.2, p.72, 2008.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO. **Geo UERJ** -

Ano 13, nº. 22, v. 2, p. 290-322, 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>

MATTEI, L. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, Belém. **Anais**. Belém: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2001.

MATTEI, L. O PAPEL E A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO. **Revista Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 73, 2014.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora da Faculdade [da] UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; MINAYO-GÓMEZ, Carlos. 2003. Dífceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M.; GOMES, M. H. de A. (Org.). **O clássico e o novo: Tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro, Fiocruz, p. 117-142, 2003

MIYASAKA, S. **Agricultura natural: um caminho para a sustentabilidade**. São Paulo: Associação Mokiti Okada, Mimeo, 1993.

MOURA, I. F. **ANTECEDENTES E ASPECTOS FUNDANTES DA AGROECOLOGIA E DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**. Cap.1, 2017. Disponível em: repositorio.ipea.gov.br/. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

MOURA, J.F.S. **A produção Agroecológica no município do Rio grande - RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande, 2019. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/8821>.

MULLER, G. Observações sobre a noção de complexo agroindustrial. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Unicamp, Brasília, v.8, n.1\3, p. 28- 47, 1991.

NESTLE, M. **Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos**. São Paulo: Elefante, 2019.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: CALDART, R. S. et. al. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 32-40, 2012.

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos avançados** 29 (83), 2015.

ODERICH, E.H.; ELIAS, Lilian de P.; WAQUIL, P. D. Efeitos locais da expansão do agronegócio no Brasil: diferentes discursos em nível nacional e dinâmicas socioeconômicas relacionadas no Rio Grande do Sul. **Anais: IX Seminário**

Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, RS. Santa Cruz do Sul, 2019

OLIVEIRA, D.; GRISA, C.; NIEDERLE, P. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. **Redes (Revista de desenvolvimento regional)**, v. 25, n.1, 2020.

PASSOS, B.V.D. **Estudo sobre a geografia da fome: gente, tô ficando impaciente!** 2022, 78p. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, Presidente Prudente, 2022.

PESSÔA, V. L. S.; RUCKERT, A. A.; RAMIRES, J. C. de Lima (Org.). **Pesquisa Qualitativa: aplicações em Geografia**. 1. ed. Porto Alegre: Imprensa Livre. v. 548 p.8, 2017.

PLOEG, J.D. Van Der. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas Experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro: número extra, 2014.

PRADO, C. J. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo, Editora: Brasiliense, 6° edição, 1963.

PRANKE, L. V. **Mercados, Organizações Sociais e Agricultura Familiar: Os canais curtos de comercialização no município de Piratini-RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Pelotas, 2016. Disponível em: Acervo LEAA.

PREISS, P.; VASCONCELLOS, F., & SCHNEIDER, S. (2018). Agricultura e alimentação para o século 21-novas referências, desafios e perspectivas. **Agricultura familiar, produção de alimentos saudáveis e preservação ambiental: relatório verde**, 37-58.

PREISS P.; NAVARRO R.S.; WEBER J.M.; MELLO L.L. de. Abastecimento alimentar e COVID -19: uma análise das feiras no Vale do Rio Pardo-RS. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, São Paulo, v.28, n.00,2021.

PRIMAVESI, A. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico de pragas e doenças: técnicas alternativas para a produção agropecuária e defesa do meio ambiente**. São Paulo: Nobel, 1994.

QUADROS, H.L. et. al. Análise comparativa de preços de produtos agrícolas em distintos canais de comercialização de Pelotas. **Anais: XXVIII Congresso de Iniciação Científica, V Semana Integrada**. Pelotas, RS, 2019

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring Civic Food Networks and newly emerging forms of food citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture & Food**. vol 19, nº. 3, p. 289-307, 2012.

SALAMONI, G. A Imigração alemã no Rio Grande do Sul – O caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em revista**. Pelotas, v. 7, p.8, dezembro/2001.

SALAMONI, G., WASKIEVICZ, C. A. SERRA DOS TAPES: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**. Pelotas, v.1, n.1. p.73-100, jul./dez. 2013.

SALAMONI, et. al. **A Geografia da Serra dos Tapes: natureza, sociedade e paisagem**. Pelotas: Ed. UFPel , 2021.

Salário mínimo nominal e necessário. **DIEESE**, 2022. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2022>>

SARON, F. de A; HESPANHOL, A. N. O PRONAF E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: o desafio da (re) construção das políticas de apoio a agricultura familiar. **Revista: Geo UERJ**, ano 14, nº. 23, v. 2, 2012.

STORCH, G. et. al. Caracterização de um grupo de produtores agroecológicos do Sul do Rio grande do sul. **Rev. bras. Agrociência**, v.10, n. 3, p. 357-362, 2004.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, 2012.

SCHAPPO, S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da Covid-19. **SER Social**, v.23, n.48, p.4, 2021.

SCHNEIDER, S., CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no brasil e algumas implicações para as políticas públicas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.31, n.2, 2014.

Secretaria de desenvolvimento territorial. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cadernos-CGM. Disponível em <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial> Acesso em: 20.06.2022

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP - IE, 1996.

SILVA, José Graziano da. **A nova Geografia da fome e da pobreza**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

SINGER, M. Aids and the health crisis of the US urban poor: the perspective of critical medical anthropology. **Social Science & Medicine**, 39: 931-948,1994.

SZMRECSÁNYL, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.

TEDESCO, J.C. Comerciantes da Serra do Botucaraí: culturais sociais, cultivos na terra e territorialidades étnicas – centro-norte do RS. In.: **GAZOLLA, M.;**

SCHNEIDER, S. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2017.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária.** São Paulo, abril cultural, ed. brasiliense, 1984.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas.** 2ª.ed. Passo Fundo: EDIUPF, cap.1, 1999.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da Agricultura Familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Editora [da] UFPR: n.2, p.29-37,2000. Disponível em:< <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22105>>

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. São Paulo: **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, n. 2, 2003. Disponível em : < <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>>

WANDERLEY, M. N. B. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Soc. Rural.** São Paulo, v.52, supl. 1, p. 28., 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/abstract/?lang=pt>>

WEZEL, A., *et al.* Agroecology as a Science, a Movement and a Practice. **Agronomy for Sustainable Development.** (29) 503-515, 2009. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1051/agro/2009004>>

WILKILNSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, v. 21, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 1999.

ZARTH, P. A. Colonização e ocupação do espaço do agrário do Rio Grande do Sul. In: **Ciência & Ambiente.** Santa Maria: UFSM, n°.33, jul/dez 2006, pp. 155-164.

APÊNDICE 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGGeo
LINHA DE PESQUISA - ANÁLISE URBANO-REGIONAL

**Questionário aos agricultores-feirantes ARPA-SUL: “Canais Curtos de
Comercialização:
o estudo das feiras de base agroecológica no município de Pelotas-RS”**

Questionário aos Agricultores-Feirantes

Nome:

1. Quantas pessoas tem na sua família? Qual a idade?
2. Quantas trabalham na produção e quantas trabalham na comercialização?
3. Há quantos anos você faz feira?
4. Quais produtos cultiva e comercializa na feira?
5. Quais os produtos cultivados que possuem maior relevância na renda dos agricultores e associados?
6. Em quantas feiras você comercializa? Em quais localidades?
7. Comercializa em outro lugar que não seja em feiras?
8. Como se determina os preços na feira agroecológica?
9. Quem lhe presta assistência técnica e com que frequência?
10. Por que você resolveu inserir em sua propriedade as técnicas Agroecológicas?
11. Qual impacto da pandemia na comercialização dos produtos nas feiras?